

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
MESTRADO ACADÊMICO

RAQUEL RODRIGUES BIERHALS

**VIDAS DE MULHERES INFAMES:
biografemas e escrita de outras histórias em políticas públicas**

PORTO ALEGRE

2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL – UFRGS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL E INSTITUCIONAL
MESTRADO ACADÊMICO

RAQUEL RODRIGUES BIERHALS

**VIDAS DE MULHERES INFAMES:
biografemas e escrita de outras histórias em políticas públicas**

Dissertação de mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Bedin da Costa

PORTO ALEGRE
2019

*Dedico esta dissertação a todas as mulheres infames
que vieram antes de mim, às do meu tempo
e às que ainda virão, por sustentarem a diferença.*

Agradecimentos

Primeiramente, à oportunidade de ter tido acesso à educação pública, gratuita e de qualidade. Ao PROUNI e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao PPG de Psicologia Social e Institucional. É preciso lembrar que o acesso ao ensino superior e à pós-graduação nem sempre foi para todos, e isso faz toda a *diferença*.

Ao meu companheiro Marcos com quem pude sustentar sonhos e viver mais docemente. Às nossas *viagens na serra*, momentos e lugares que abriram muitas das portas e janelas pintadas aqui.

Ao meu orientador Luciano, que desde o primeiro encontro, me permitiu acessar a escrita de forma mais serena e apaixonada. Sem seu olhar conciliador, teria sido bem mais difícil.

À minha família, que me fez com asas do desejo, para pairar, mas também para sentir e viver.

Às mulheres dessa pesquisa, que me abriram suas vidas e ofereceram elementos para o mundo ser mais rico e diferente. Também às outras que indiretamente compuseram aqui e ali a ficção de quem somos. Incluem-se aqui, as gurias do inconsciente coletivo - o que nos uniu sempre foi a infâmia de cada uma.

Ao César, pela parceria nas leituras e na vida.

À turma do mestrado de 2017, em especial à Géssica minha maior parceira, e à Andressa, vibrante e potente. Ao bar da Vilma e à turma que assiduamente o frequentou e me escolheu sua embaixadora.

Aos interlocutores, pareceristas, avaliadores dos vários momentos em que as ideias aqui expostas foram apresentadas. Um agradecimento especial à Tania Mara Galli Fonseca, que não pode estar na banca final, mas sempre será referência em uma Psicologia social sensível, que fala da *vida*.

Àqueles que acreditam, apostam e fazem acontecer a utopia viva das políticas públicas.

Cabaré

*Na porta lentas luzes de neon
Na mesa flores murchas de crepon
E a luz grená filtrada entre conversas
Inventa um novo amor, loucas promessas
De tomara-que-caia surge a crooner do norte
Nem aplausos, nem vaias: um silêncio de morte
Ah, quem sabe de si nesses bares escuros*

*Quem sabe dos outros, das grades, dos muros
No drama sufocado em cada rosto
A lama de não ser o que se quis
A chama quase morta de um sol posto
A dama de um passado mais feliz
Um cuba-libre treme na mão fria
Ao triste strip-tease da agonia
De cada um que deixa o cabaré
Lá fora a luz do dia fere os olhos
Ah, quem sabe de si nesses bares escuros
Quem sabe dos outros*

Composição: Aldir Blanc / João Bosco,
interpretada por Elis Regina.

RESUMO

Esta dissertação de mestrado parte de escutas e vivências de uma psicóloga junto à rede da assistência social de um município do interior do Rio Grande do Sul – RS. Parte-se do desejo de tecer histórias com mulheres que vivenciam os serviços desta rede, pensando suas escritas com contornos éticos-estéticos-políticos que uma vida pede. Fazendo uso de Michel Foucault, toma-se a vida destas mulheres a partir da noção de infâmia. Trata-se de vidas silenciosas ou gritantes, de mulheres que ocupam o território da invisibilidade, tornando-se por vezes aquelas de quem se fala mal, criando-se uma espécie de fama chamuscada ou di/famação, por pequenas faltas desenhadas no cotidiano dos serviços e da rua. Para tanto, retomamos o trabalho de Walter Benjamin sobre os cacos da história, enquanto restos que não compõe a grande narrativa épica da humanidade e, justamente por isso, traz em si o sujeito moderno apagado, invisível. A noção de biografema é aqui sustentada como superfície possível para que tais vidas e afetos possam se fazer presentes, no encontro entre a trabalhadora psi e as vozes/corpos destas mulheres. Olhamos para o escuro do nosso tempo, tal qual proposto por Agamben, e vemos outras infâmias, das histórias silenciadas e jogadas para debaixo do tapete. Mesclam-se relatos das nossas vergonhas íntimas e públicas que, por não terem lugar nos discursos correntes, tendem a se repetir. Em “Das histórias que se contam” apresenta-se narrativas marcadas por traços de infâmia: Jandira, Gládis, Regina, Gema, Rosangela, Cinara. Em Das histórias que não se contam: Carol, Teresa e Raquel, onde o lugar de pesquisadora-trabalhadora é problematizado, concluindo que só estaria à altura de escrever essas histórias se ela mesma pudesse pensar os elementos de sua própria infâmia.

Palavras-chave: Infâmia; Mulheres; Assistência Social; Escrita; Biografemas

ABSTRACT

This master thesis starts with listening and experiences of a psychologist working in the social assistance network of a small city in Rio Grande do Sul state interior. We start with the desire of telling stories with women that live the services of this social assistance network, thinking the writing with ethical-aesthetic-political aspects that *a life* demands. Using Michel Foucault, we take the life of these women from the concept of infamy. It is about silent or glaring lives, of women that occupy the territory of invisibility, sometimes becoming badly spoken by society, creating a kind of scorched fame or de/fama/tion, for small faults drawn in everyday life of the network and the street. So, we use Walter Benjamin's work about *shards of history*, while leftovers that does not compose the great epic narrative of humanity and, precisely for that, brings the modern character erased, invisible. The notion of biographem is sustained in this article as a possibility of presence of lifes and affections, in the meeting between the psychologist worker and the voices/bodies of these women. We look, lastly, to the dark side of our time, as propoused by Agamben, seeing other infamies from the silenced histories and thrown under the carpet. Merge reports of our inner and public shames that, for not having place on current speeches, tend to repetition. In "About the stories that are told" infamy narratives are presented: Jandira, Gládis, Regina, Gema, Rosangela, Cinara. In "About the stories that are not told": Carol, Teresa e Raquel, where the place of the researcher-worker is problematized and shown it's own infamy.

Key-words: Infamy; Women; Social Assistance; Writing; Biographem

Sumário

PISANDO EM PRAÇA DE GUERRA: PESQUISA E VIDA ENTREATOS	10
HISTÓRIA DAS MULHERES OU COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?.....	17
Brasil e seus corpos a adestrar	21
Uma pequena história das mulheres do Rio Grande do Sul e da Serra Gaúcha	25
DOS CACOS DA HISTÓRIA À ESTRATÉGIA BIOGRAFEMÁTICA –COMO ESCREVER UMA VIDA?	30
PERCORRENDO O ESPAÇO.....	36
A INFÂMIA E AS MULHERES.....	45
Sobre a Infâmia dos nossos tempos	66
<i>Viver, escrever e inventar... um fim: o improrrogável.....</i>	<i>76</i>
POSFÁCIO – O silêncio como sintoma do nosso tempo.....	79
REFERÊNCIAS.....	81

Índice de Fotografemas

Fotografema1, *A casa de madeira*, página 38, autoria própria.

Fotografema2, *A tímida barreira do sigilo*, página39, autoria própria.

Fotografema3, *Estradas do interior*, página 41, autoria própria.

Fotografema4, *A imponente igreja*, página 43, autoria própria.

Fotografema5, *Entre perais e parreirais*, página 43, autoria própria.

PISANDO EM PRAÇA DE GUERRA: PESQUISA E VIDA ENTREATOS

Em *Asas do Desejo*, filme de Wim Wenders de 1987, o anjo Damiel deseja ser como os seres humanos, mais exatamente quer sentir o que humanos podem sentir, seus amores e suas dores. Em uma das falas mais memoráveis do cinema, esse anjo que paira sobre Berlim, fala ao amigo:

É ótimo ser espírito e testemunhar por toda a eternidade apenas o lado espiritual das pessoas. Mas, às vezes, me canso dessa existência espiritual. Não quero pairar para sempre. Quero sentir um certo peso que ponha fim à falta de limite e me prenda ao chão. Eu gostaria de poder dizer “agora” a cada passo, cada rajada de vento. [...] Ter febre, dedos pretos por causa do jornal. Não vibrar apenas pelo espírito, mas por uma refeição, pelos contornos de uma nuca, de uma orelha. Mentir...deslavadamente.

Abrir o texto com a passagem acima dá uma dimensão de que afetos circulam por esta pesquisa. Podemos lê-la como uma névoa que acompanhou o processo de escrita da dissertação em seus tantos meandros. Como se fôssemos os anjos que olham a vida humana acontecer e em algum momento se veem engendrados nela. Entretanto, ao contrário dos personagens de Wenders, somos feitos de materialidades e afetos, vedada a possibilidade de manter-se fora da cena.

Embalados nesta mística, nos aproximamos de Barthes (2003) que imprime o tom do que vem a seguir:

Ninguém pode pois escrever sem tomar apaixonadamente partido (qualquer que seja o distanciamento aparente de sua mensagem) sobre tudo o que vai bem ou vai mal no mundo; as infelicidades e as felicidades humanas, o que elas despertam em nós, indignações, julgamentos, aceitação, sonhos, desejos, angústias, tudo isso é a matéria única dos signos, mas esse poder que nos parece primeiramente inexprimível, de tal forma é primeiro, esse poder é imediatamente apenas o nomeado. (p. 22).

Sabemos que o processo de escrita de uma dissertação encontra muitas pedras pelo caminho. Um caminho que se faz ao sabor dos ventos, dos acontecimentos e da subjetividade do pesquisador, numa dança dos elementos que compõem a vida. Como veremos, o intempestivo do nosso tempo de que falava Nietzsche retomado por Agamben (2009), o obscuro do que nos é

contemporâneo, também participa do nosso campo de visão sob as tantas infâmias aqui discutidas.

Partimos do desejo de tecer histórias com as mulheres que vivenciam a rede de assistência social de um pequeno município no interior do estado, pensando sua escrita com contornos éticos-estéticos-políticos que *uma vida* pede. Histórias atravessadas por discursos que validam ou não suas realidades, expondo nosso modo de tratar tais narrativas enquanto moralidade acoplada à existência. Com Baptista e Silva (2017), entendemos que “viver, subjetivar, escrever e inventar constituem um processo único e que só pode ser dissociado arbitrariamente” (p. 67).

Talvez seja importante mencionar como colhi essas histórias, como chegaram até mim e, para além disso, que escolha foi essa de me apegar <ou me afetar> com histórias minoritárias em que o destaque recai sobre o filete cinza do cotidiano que atravessa tais existências. Em minha experiência enquanto psicóloga na rede de Assistência Social (em especial em um Centro de Referência em Assistência Social - CRAS¹, mas não só) de um pequeno município no interior do estado do Rio Grande do Sul², ouvi e tive contato com muitas histórias de vidas de mulheres. Histórias de minúcias, de imobilidades, de rompantes, de vivências dentro e fora de casa. Histórias que, em geral, não compõem o acervo das relevâncias do mundo, que não seriam dignas das grandes biografias dos heróis e da consciência histórica (Costa, 2011). Histórias que tomaram corpo e forma nos espaços de um CRAS, algumas relatadas diretamente a esta que escreve, outras catadas nos espaços entre - fragmentos ouvidos atrás das portas, narrativas que se infiltram no vão do assoalho e em que a parede não deu conta de assegurar seu sigilo, outros, transportados no vento das ditas más-línguas.

Nesse caminho, acompanho algumas histórias de mulheres que nomeei como infames, com os contornos que Foucault (2006) dava aos homens lidos nos documentos que datam, mais ou menos de 1660 a 1760, provindos dos arquivos do internamento, da polícia, das petições ao rei e das cartas régias com ordem de prisão. Tais mulheres trazem consigo uma espessura - quase uma névoa úmida, típica da região em que tais realidades tomaram forma - que as aproxima dos

¹O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a porta de entrada da Assistência Social. É um local público, localizado prioritariamente em áreas de maior vulnerabilidade social, onde são oferecidos os serviços de Assistência Social, com o objetivo de fortalecer a convivência com a família e com a comunidade. (acesso em <http://mds.gov.br/assuntos/assistencia-social/idades-de-atendimento/CRAS>).

²O nome do município não será mencionado, na intenção de preservar a identificação das pessoas. Entendendo, além disso, que as narrativas têm o poder de compor similaridades com outros territórios.

homens de Foucault, mas são diferentes, levando a me perguntar: quem são essas mulheres e que escolha é essa de escrever sobre elas? Silenciosas ou gritantes, elas ocupam o território da invisibilidade, tornando-se por vezes aquelas de quem se fala mal, criando-se uma espécie de fama chamuscada ou di/famação, por pequenas faltas desenhadas no cotidiano dos serviços e da rua.

Fazendo a escolha pela infâmia, vale a reflexão sobre o que tal termo traz em seu espectro. Soler e Kawahala (2010), numa leitura da obra de Walter Benjamin e Foucault, colocam que a infâmia é a porta de entrada para a analítica de uma época marcada pela heterogeneidade. Estes autores, cada um à sua maneira, problematizam o tempo presente, numa peculiar leitura das *infames políticas de (des) subjetivação*.

Nesse sentido, a infâmia é aqui pensada em seus muitos atravessamentos, inclusive, tomando-se a infâmia de quem escreve compondo com estas vidas uma pesquisa acadêmica. Podemos pensar também na infâmia diante da ideia majoritária do que é uma pesquisa, calcada em pressupostos científicos, conjugada à dita “realidade das coisas”. A biografemática, ao se propor desviar o olhar (ou levantar a cabeça, imagem barthesiana) é também (ou pode ser) um tanto infame.

Deleuze, em diálogo com Claire Parnet, aborda a questão da traição na escrita de modo a abrir nossa relação com a infâmia. Ao analisarem a literatura anglo-americana, percebem o quanto as linhas de fuga criam mundos, novos devires. Assim, “sempre há traição em uma linha de fuga. [...] Trai-se as potências fixas que querem nos reter, as potências estabelecidas da terra” (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 33). Nesse sentido:

Dir-se-ia que a escritura, por si mesma, quando ela não é oficial, encontra inevitavelmente “minorias”, que não escrevem, necessariamente, por sua conta, sobre as quais, tampouco, se escreve, no sentido em que seriam tomadas por objeto, mas, em compensação, nas quais se é capturado, quer queira quer não, pelo fato de se escrever. Uma minoria nunca existe pronta, ela só se constitui sobre linhas de fuga que são tanto maneiras de avançar quanto de atacar. Há um devir-mulher na escritura. (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 35-36).

Ao propormos uma escrita que se demora na infâmia das mulheres de um território quase invisível, com métodos de “captura” questionáveis em relação àquilo que se preza

academicamente para que tenha prestígio científico, nos colocamos também como infames-traidoras que escrevem. Ainda que nessa linha de fuga que visa olhar o minoritário, haja sempre o risco de voltarmos ao território confortável das nossas certezas prévias. A fuga, contudo, não deixa de ser uma operação ambígua:

O que nos diz que, sobre uma linha de fuga, não iremos reencontrar tudo aquilo de que fugimos? Fugindo do eterno pai-mãe, não vamos encontrar todas as formações edipianas sobre a linha de fuga? Fugindo do fascismo, nós encontramos concreções fascistas sobre a linha de fuga. Fugindo de tudo, como não reconstituir tanto nosso país natal quanto nossas formações de poder, nossos álcoois, nossas psicanálises e nossos papais-mamães? (DELEUZE e PARNET, 1998, p. 32).

Como pontua Deleuze e Parnet (1998), seria um erro acreditar que a linha de fuga é uma fuga da vida. Pelo contrário, fugir (do estabelecido, do científico etc.) “é produzir algo real, criar vida, encontrar uma arma” (p. 40), tal qual o cotidiano das mulheres aqui escritas, a vida em suas minúcias desvairadas.

Na escolha de aproximar-se das histórias de algumas mulheres infames, há certamente algo da *Minha História das Mulheres* em jogo, algo entre a coletividade da condição das mulheres e a história de cada uma de nós que coloca o desejo de escrever essas vidas em movimento. Donna Haraway (1995) nos traz elementos importantes para pensar a construção do conhecimento situado e corporificado, a partir de uma política da visão. Para ela, “há grande valor em definir a possibilidade de ver a partir da periferia e dos abismos.” (p. 22). Abismo e periferias que de modo algum são perspectivas confortáveis, uma vez que nos coloca de frente aos nossos limites e medos.

Ter uma visão de baixo não é algo não problemático ou que se aprenda facilmente; mesmo que "nós" “naturalmente” habitemos o grande terreno subterrâneo dos saberes subjugados. Os posicionamentos dos subjugados não estão isentos de uma reavaliação crítica, de decodificação, desconstrução e interpretação; isto é, seja do modo semiológico, seja do modo hermenêutico da avaliação crítica. As perspectivas dos subjugados não são posições "inocentes". (p. 23).

Barthes (apud Costa, 2011) dizia que há um certo egoísmo quando falamos dos outros e, nesse sentido, podemos antever um campo minado da transversalidade do comum, que borra as fronteiras do eu e dos outros, um nós que se compõe de diferenças e proximidades. Na escrita de

outrem, um mundo possível, que reelabora elementos do cotidiano (Corazza, 2010), num jogo de atuais e virtuais que está sempre presente.

É interessante pensar que, mesmo em meio à política pública que se ocupa dessas vidas, os registros das mesmas muitas vezes se limitam a destacar suas faltas e necessidades: <retirou cesta básica>; <não compareceu ao atendimento>; <não cumpriu as condicionalidades do Bolsa Família>, fazendo com que a infâmia apontada por Foucault (2006) se atualize, com os contornos próprios deste território e, como tensionamos aqui, relacionados às questões de gênero atualizadas em discursos e documentos. Da mesma forma, muitas vezes, tais vidas são objeto de avaliações psicossociais, relatórios, informações etc., em que ficam expostas a sabe-se lá quantos agentes, engrenagens públicas que dizem, escrevem e avaliam.

Além disso, ouvir tais histórias de vida me colocou num lugar incômodo. Para além e aquém da prática do psicólogo, está *o que fazer com essa escuta*, ou melhor: como trabalhar com esses elementos que, ao saírem de vozes trôpegas e embargadas, são lançadas ao mundo, compondo com outras peças do discurso coletivo, ainda que na confidencialidade de espaços protegidos <ou não>. Certamente não se trata de registrar tais movimentos com mais afincamento e perfeição, mas de lançar outros olhares à escrita destas vidas. Trata-se, talvez, como aponta Costa (2010), de encontrar uma tática ou estratégia de permanência frente aos estranhos e íntimos fragmentos de vidas que passam por nós.

Vale frisar que trazer tais histórias ao espaço da escrita acadêmica é um exercício de evocação e trabalho com determinadas memórias, que visa dar outros contornos às reminiscências de um trabalho intenso e com uma carga afetiva pujante. A escrita deste texto passou por dois momentos importantes: uma primeira parte, em que estive imersa neste contexto de trabalho, impregnada das histórias de vida que trago aqui, quase como que sendo personagem das mesmas; e um segundo momento, quando me exonerei do cargo de psicóloga neste município e pude tomar uma distância necessária às elucubrações aqui expostas.

Ao todo, foram três anos de trabalho e uma infinidade de sensações, afetos e elementos que busco aqui rememorar, tendo presente a impossibilidade de a linguagem dar conta da experiência, ao mesmo tempo em que tomamos a escrita enquanto ampliação da própria vivência - não de quem a viveu, mas de quem ouviu ou catou seus restos por aí. Tal qual o trapeiro ou o narrador sucateiro de Benjamin, que “não tem por alvo recolher os grandes feitos. Deve muito

mais apanhar tudo aquilo que é deixado de lado como algo que não tem significação, algo que parece não ter nem importância nem sentido, algo com que a história oficial não sabe o que fazer.” (GAGNEBIN, 2009, p. 54).

Um conceito importante neste trabalho é o de rememoração, aqui tomado de Benjamin, para o qual, ao contrário de lembrar, rememorar é um ato direcionado, ativo, sem o qual nos arriscamos a perpetuar os despojos da história, pois “articular historicamente o passado não significa conhecê-lo ‘tal como ele de fato foi’. Significa apropriar-se de uma recordação, como ela relampeja no momento de um perigo” (BENJAMIN, 2012, p. 243).

Em Benjamin (apud GAGNEBIN, 2009) a rememoração

implica uma certa ascese da atividade historiadora que, em vez de repetir aquilo que se lembra, abre-se aos brancos, aos buracos, ao esquecimento e ao recalçado, para dizer com hesitações, solavancos, incompletude, aquilo que ainda não teve direito nem à lembrança nem à palavra. A rememoração também significa uma atenção precisa ao presente, em particular a estas estranhas ressurgências do passado no presente, pois não se trata somente de não se esquecer do passado, mas também de agir sobre o presente. A fidelidade ao passado, não sendo um fim em si, visa à transformação do presente. (p. 55)

Assim, com o objetivo da rememoração, buscamos dar língua às histórias e aos afetos que pedem passagem, alinhada à ética que visa sustentar a vida em seu movimento de expansão (ROLNIK, 2014). É preciso que tais histórias sejam contadas e contadas novamente, como um idoso que repete suas histórias para atualizá-las aos mais jovens, mandando lembranças de outrora, ainda que, a cada versão na composição com o ouvinte, a história se refaça. Temos assim que “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento rememorado é sem limites, pois é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois. E, em outro sentido ainda, é a rememoração que prescreve o rigoroso modo de textura” (BENJAMIN, 2012, p. 38-39).

Para tanto, apresento nas páginas seguintes – como que em um passeio de afetações e elementos para compor uma narrativa –, uma breve história das mulheres, com o intuito não de compor uma verdade única e universal das condições das mulheres ao longo dos anos, mas justamente de juntar alguns fragmentos que nos situam como chegamos até aqui.

Em seguida, aproximamo-nos da noção de biografema de Roland Barthes, pensando a escrita da vida enquanto método minoritário e potente, uma vez que sai da perspectiva histórica

dos grandes feitos e dialoga com os detalhes invisíveis nas grandes narrativas. É então que a lupa histórica é virada e se debruça sobre o território onde as narrativas aqui apresentadas tomam corpo fazendo-se presente no tempo do agora, nos detalhes de uma cidade e de um serviço da assistência social, momento em que a estratégia biografemática já se ensaia e permite brincar com os elementos mais duros da realidade.

Depois, tratamos de lançar um olhar à infâmia, nos contornos escritos por Foucault (2006) em seu texto *A vida dos homens infames*, publicado originalmente em 1977, e que num jogo de aproximações e afastamento dialoga com a vivência das mulheres na cidade e nos serviços públicos, tomadas pelo discurso técnico e pelo falatório da cidade. É neste momento que fragmentos de histórias de vida de Gema, Regina e Jandira, Cinara e outras são compartilhados com o leitor, abrindo entradas possíveis de leitura das vidas das mulheres no contexto supracitado.

Por fim, com o olhar fixo no nosso tempo, apoiados naquilo que Agamben (2009) chamou de contemporâneo, procuramos olhar para o obscuro dos processos narrativos que nos lança à possibilidade de nomear outra infâmia de nosso tempo, permeadas pelo esquecimento e ressentimento.

HISTÓRIA DAS MULHERES OU COMO CHEGAMOS ATÉ AQUI?

A história das mulheres é recente, não só porque temos a História como disciplina científica somente a partir do século XIX, mas porque sua história esteve intrinsecamente ligada à história dos homens, os quais a conduziram e a escreveram por muito tempo. Os homens, nesses termos, apresentando sua história como universal, deixaram a história delas se desenvolver às margens do conhecimento público (COLLING, 2004). Assim:

Ao descreverem as mulheres, serem seus porta-vozes, os historiadores ocultaram-nas como sujeitos, tornando-as invisíveis. Responsáveis pelas construções conceituais, hierarquizaram a história, com os dois sexos assumindo valores diferentes; o masculino aparecendo sempre como superior ao feminino. Esse universalismo que hierarquizou a diferença entre os sexos, transformando-a em desigualdade, mascarou o privilégio do modelo masculino sob a pretensa neutralidade sexual dos sujeitos. [...] Como se tem chamado o indivíduo humano de homem, e como se representa o homem como um ser masculino, foi necessário muita criatividade para inventar a mulher como um sujeito autônomo (COLLING, 2004, p.13).

Vale destacar, como aponta Caimi (2016) que com a crescente ampliação nas últimas décadas do estudo da história das mulheres, com maior acesso a diferentes fontes, temos o entendimento da coexistência no mesmo espaço social e na mesma cronologia temporal de “mulheres submissas, mulheres rebeldes, mulheres autônomas, mulheres dependentes e, nesse sentido, o olhar sobre a figura feminina na história deve reconhecer a multiplicidade de papéis e significados negociadas entre homens, mulheres e instituições sociais de seu tempo”. (CAIMI, 2016, p. 101).

No intuito de rever o trajeto percorrido pelas mulheres, e especialmente aquele longo caminho que situa a mulher enquanto sujeito de sua história e na História, Strey (2004) em seu artigo intitulado *Ser Sujeito ou ser o Outro*, faz uma reflexão sobre a feminilidade a partir do período medieval europeu. Utilizando-se da leitura de Duby (apud STREY, 2004), historiador francês que se debruçou sobre a questão de gênero, apresenta um panorama da situação das mulheres no período medieval europeu, ainda que seja uma tarefa difícil, visto que a condição das mulheres diferia com relação à sua posição na sociedade. O que resta claro na literatura da época é que para qualquer mulher a condição era sumamente inferior à do homem, o que era reforçado

por motivos bem específicos, como a perversão da mulher que, segundo o entendimento da época, estava ligada à “falta de controle natural” do sexo (STREY, 2004, p.132).

Ainda na Idade Média surgiu a ideia de dama que, filha donzela de um castelão ou esposafiel e pura, distinguia-se, num primeiro momento, da mulher santificada e única digna de respeito até então, nos contornos de uma Virgem Maria. No entanto, como aponta Duby (apud STREY, 2004), esta mulher, como as outras, não tinha voz, sendo falada pelo homem e, apesar de ter certo controle sobre ele, esse controle vinha mais de sua posição hierárquica e servia, especialmente, como extensão do poderio do pai ou marido. É nesse período histórico que se esboçam os ideais de romance e amor cortês que, ainda que elevasse a mulher, dificilmente a implicava em termos concretos, até porque “esses jogos de amor eram jogos masculinos, feitos por homens e para homens” (STREY, 2004, p. 135).

Silvia Federici (2017) relaciona a caça às bruxas na transição do período feudal para a Era Moderna como um dos alicerces de possibilidade para o capitalismo tal qual o conhecemos hoje. Com a caça às bruxas, buscou-se destituir das mulheres a inserção e independência que desfrutavam no espaço comunitário, assim como o controle que haviam exercido sobre sua própria função reprodutiva, preparando o terreno para um regime patriarcal mais opressor.

Avançando um pouco, percebe-se que a situação de submissão das mulheres foi persistente. O gênero, como um aspecto socialmente construído, seja do ponto de vista biológico ou social, que coloca homens e mulheres *in natura* em posições arbitrariamente divididas, aponta para uma visão geral de que os sexos, naturalmente, ocupam lugares diferentes no social (BOURDIEU, 2002).

Maria Rita Kehl (1998), explicita na obra de Rousseau a visão da Modernidade, quando este sugere que a educação desenvolva na mulher características como “doçura, passividade, pudor sexual, uma certa inocência, uma disposição para servir, e uma boa dose de espírito maternal” (p. 216). É nesse sentido que a mulher aparece ao longo da História como negativo, sendo-lhe atribuída características de limitação e de falta (BEAUVOIR, 1980). O redesenho nas relações sociais que a Revolução Francesa em 1789 possibilitou, não tirou a mulher de sua antiga posição. Ao contrário, criaram-se argumentos mais solidamente embasados na ciência, filosofia e moral que mantinham a ligação entre a mulher com um estado de natureza, do qual estaria indissolúvelmente ligada (KEHL, 1998).

Colling (2004) vai frisar que em nome da alteridade feminina, da diferenciação de gênero, a mulher se viu relegada a um papel maternal e doméstico, tendo-se o corpo como primeiro lugar de inscrição, e a natureza, seja o parto, a maternidade, a menstruação, como signos dessa marca. Confinou-se as mulheres a um lugar de reprodução e afetividade, o que as destinava ao silêncio e à obscuridade, dificultando outras formas de ser.

A maternidade ocupou lugar distintivo na vida das mulheres a partir do século XIX, com o advento do modo e organização de vida burguês, onde a família torna-se o núcleo primordial dos indivíduos. Especialmente a partir das novas demandas da modernidade e do modo de vida burguês, a mulher se tornou foco de interesse, visto que de sua saúde dependia também a saúde da prole e uma boa estirpe familiar. É nessa época também que surge a ideia de “instinto materno”, o qual colocava a mulher, novamente, na direção de sua função biológica e social da maternidade (NUNES, 2011). Assim:

À medida que a maternidade aparece como um ideal, os médicos vão rejeitar a imagem do sexo feminino como imperfeito e passam a olhá-lo como sexualmente perfeito; o útero é considerado um órgão nobre e característico da mulher. O corpo feminino vai passar a ser tratado como possuindo características específicas, que determinariam sua vocação para a maternidade (p. 105).

Autoras como Simone de Beauvoir identificaram um mal-estar social frente às mudanças no âmbito das questões de gênero, para homens e mulheres já em fins da década de 1940. Beauvoir (1980) apontava que a feminilidade estava se perdendo, ainda que não se negue a existência de fêmeas da espécie humana, questionando-se quanto à condição de mulher, em virtude de que elas passaram a frequentar cada vez mais os universos ditos masculinos. Se hoje esta afirmação nos causa estranhamento, com um novo momento do movimento feminista em que afirmamos a igualdade das mulheres frente aos homens, chama mais atenção quão recentes são algumas conquistas.

Bourdieu (2002), em seu ensaio sobre a dominação masculina ao longo dos séculos, propõe um olhar para a história das mulheres e a ideia de feminilidade, destacando-se as invariáveis no que refere à visão de feminino, para além das mudanças conquistadas, sobretudo, para os mecanismos e instituições que perpetuam, no curso da história, estas constantes sobre a concepção do que é uma mulher.

O século XIX, em especial, dá um novo tom à história das mulheres, que passa, aos poucos, a ser escrita também por elas. Até então, com raras exceções de mulheres que puderam ter voz ativa e construir um lugar de sujeito (muitas vezes utilizando nomes masculinos, na Literatura, por exemplo), a história delas, era contada por eles, e por isso mesmo, sob a ótica do homem. Vê-se que a modernidade e os espaços inaugurados pela burguesia trouxeram consigo ideais de liberdade e, especialmente, de transformação da vida numa perspectiva individual. Essas questões não puderam passar sem tocar às mulheres (KEHL, 1998).

O romance *Madame Bovary* de Flaubert, publicado em 1857, é paradigmático na representação da mulher moderna na Europa. Emma Bovary, a partir de suas leituras, cultivava um ideal de vida que dificilmente a mulher oitocentista poderia encontrar. Além disso, a insatisfação com o casamento, única forma possível de alcançar certa visibilidade social, é clara. Os anseios do homem moderno de “mudar de vida”, e para Emma “ser um outro”, não encontra eco nas possibilidades que lhe são viáveis na teia social em que vive (KEHL, 1998).

A contemporaneidade apresenta indícios de importantes mudanças no cenário das relações entre homens e mulheres, e mesmo das mulheres com elas mesmas. Vislumbra-se, como sugere Strey (2004) certo caos nas relações de gênero, visto a entrada da mulher em esferas pouco prováveis há poucas décadas, como a política e a produção de conhecimento, ainda que, em termos gerais, o número de mulheres ativas nesses campos seja pequeno com relação aos homens. Nos últimos anos, essas mudanças têm sido ainda mais presentes, configurando o que algumas linhas do movimento de mulheres têm chamado de “quarta onda do feminismo”.

Por outro lado, coexistem com a emancipação da mulher velhos padrões, com visões dicotomizadas das possibilidades de homens e mulheres nos âmbitos público e privado, sendo acessível a elas um universo bem mais restrito, na maioria das vezes, a maternidade, o espaço doméstico ou do trabalho menos bem remunerado, restando clara as diferenças em níveis econômicos entre os gêneros, quando, muitas vezes, a mulher, desempenhando a mesma função, pode ganhar substancialmente menos que o homem (Strey, 2004). Neste quesito, as possibilidades de mulheres pobres e de baixa escolaridade são ainda mais restritas.

Brasil e seus corpos a adestrar

Interessante pensar que o Brasil surge justamente quando a modernidade dá seus primeiros passos. A ocupação dessas terras – pelo homem branco, visto que já era habitada por populações nativas - se dá em meio à sede dos europeus de avanço e de luxo, mascarados pela ideia de necessidade. Necessidade e desejo não estavam contrapostos naquele contexto, impulsionados pelo projeto moderno de se fazer valer. Para Calligaris (1999, p.15), a modernidade é "substituir o ser pelo ter e pelo aparecer que acaba sendo permitido pelas posses". As posses, nesse sentido, são distintivas tanto quanto as atitudes, frisando que "a especificidade cultural é a organização psíquica de um sujeito" (CALLIGARIS, 1999, p.18). A colonização das Américas é uma metáfora da nova subjetividade do homem que surge, como aponta:

Trata-se de uma subjetividade eminentemente histórica: o sujeito moderno não se define pelo mundo que encontra, mas pelo mundo que ele mesmo faz ou transforma. Não se define pelo lar que nasce, mas por suas aventuras: é o sujeito saído de casa. O que implica uma nova experiência do tempo: a oportunidade, a potencialidade, enfim o projeto vem a fazer parte integral do ser. (CALLIGARIS, 1999, p. 18)

Ao mesmo tempo em que a modernidade é palco de projetos individuais, também o sujeito moderno está às voltas com seu passado, rememorando com nostalgia tempos idos. Nesse contexto, Calligaris (1999) entende que se a constituição do sujeito colonial passa por entraves próprios da sua cultura, a mulher também sofre essa realidade. Num país onde o "outro": o índio, o negro, a mulher, tem tamanha desvalia, compreender o lugar que estes sujeitos são colocados é de importância considerável.

A história da mulher no período colonial brasileiro é marcada pela presença da *toda-poderosa* Igreja, que exercia forte pressão sobre o adestramento da sexualidade feminina. O argumento utilizado era o pecado original de Eva que, atualizado em cada mulher, personificava a figura da bruxa, com seus elementos de luxúria e falta de controle (Araújo, 2017). Tanto que a diocese se reúne na Salvador de 1707 para proibir todo e qualquer tipo de feitiçaria.

Mas as feiticeiras eram teimosas. Na década de 1590, antes da chegada do Santo Ofício, elas eram muito ativas em Salvador: manipulavam anseios, reforçavam crenças, aguçavam ardores. As tais *cartas de tocar*, tirinhas de papel com fórmulas infalíveis para conquistar o amor de outrem, eram feitas por Isabel Rodrigues (apelidada Boca Torta) e vendidas por cinco tostões a uma clientela carente de afeições (ARAÚJO, 2017, p. 48).

Quando às mulheres ditas *normais* no período colonial, o controle sobre a sexualidade também era constante, tendo-se como premissa ideal que a mulher sairia de casa em apenas três momentos de sua vida: no seu batizado, no seu casamento e em seu enterro (Araújo, 2017). É assim que a educação das meninas também seguia um programa diferente dos meninos, sendo o aprendizado limitado ao mínimo, reforçando-se, entretanto, os aspectos do funcionamento do lar e de seu papel na família, de inquestionável submissão ao pai e depois ao marido. Aliás, era bastante comum que meninas de doze anos, com a conivência da Igreja, casassem-se com homens bem mais velhos (Araújo, 2017).

Entretanto, obviamente, este ideal de adestramento completo e definitivo jamais se efetivou por inteiro. Ainda que, em geral as mulheres introjetassem todo esse ideário misógino presente no meio social, “introjeção imposta não só pela Igreja e pelo ambiente doméstico, mas também por diversos mecanismos informais de coerção, a exemplo da tagarelice de vizinhos, da aceitação em certos círculos, da imagem a ser mantida neste ou naquele ambiente etc” (ARAÚJO, 2017, p. 53), os desvios da norma eram comuns numa sociedade que improvisava seus caminhos bem longe do rei.

Avançando um pouco mais na história da constituição do povo brasileiro, temos em fins do século XIX e início do século XX a ascensão de grupos emergentes, que davam contornos burgueses às elites interessadas em transformar as principais cidades brasileiras por meio de hábitos civilizados, nos moldes parisienses. É nesse sentido que buscava-se inculcar novos valores e comportamentos às classes populares, passando pela adoção de rígida disciplinarização do espaço e do tempo, disciplina ampliada às demais áreas da vida (Soihet, 2017).

Convergiam as preocupações para a organização da família e de uma classe dirigente sólida - respeitosa das leis, costumes, regras e convenções. Das camadas populares se esperava uma força de trabalho adequada e disciplinada. Especificamente sobre as mulheres recaía uma forte carga de pressões acerca do comportamento pessoal e familiar desejado, que lhes garantissem apropriada inserção na nova ordem, considerando-se que delas dependeria, em grande escala, a consecução dos novos propósitos. (SOIHET, 2017, p. 362).

Vemos nesse processo a promoção de um novo modelo de feminilidade: a esposa-dona-de-casa-mãe-de-família, e a preocupação especial com a infância. À mulher cabia estar atenta aos mínimos detalhes da vida cotidiana de cada um dos membros da família, vigiar seus horários,

estar a par de todos os fatos do dia-a-dia, prevenir a emergência de qualquer sinal de doença ou desvio. Assim, buscou-se instituir hábitos moralizados, costumes regrados, em contraposição às práticas promíscuas e anti-higiênicas observadas nas classes populares, o que ocorreu tanto na designação da forma de moradia popular (acabar com os cortiços), quanto pela higienização dos papéis sociais representados no interior do espaço doméstico (Rago, 2014).

Desde meados do século XIX, o saber médico buscava difundir a valorização do papel materno, procurava-se assim persuadir as mulheres de que o amor materno é um sentimento inato, puro e sagrado. Por meio da maternidade e da educação da criança, a mulher estaria realizando sua vocação natural, como aponta Vitorino Assunção em sua tese *Garantia sanitária da prole*, defendida na Bahia em 1909:

A mulher que contrai casamento deve ser convencida das leis naturais e morais que obrigam-na a exercer o círculo completo das funções de mãe. Se a isso recusar é que há uma falsificação dos sentimentos contrariando as manifestações naturais e sacrificando o dever que é sacrificar a si, a prole e a humanidade [...] (apud RAGO, 2014, p. 109).

Junto da nova ordem social, a ciência - paradigma do momento, dava o respaldo que validava tal concepção. É assim que a medicina social com seu discurso cientificista vai tomar como naturais na mulher, por razões biológicas, características como fragilidade, recato, predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais, a subordinação da sexualidade à vocação maternal (Soihet, 2017). Baseado nessas premissas, Cesare Lombroso, médico italiano ligado à criminologia no final do século XIX, vai entender que a lei contra o adultério deveria se estender somente às mulheres não predispostas pela natureza para este tipo de comportamento. Assim:

Aquelas dotadas de erotismo intenso e forte inteligência seriam despidas do sentimento de maternidade, característica inata da mulher normal, e consideradas extremamente perigosas. Constituíam-se nas criminosas inatas, nas prostitutas e nas loucas que deveriam ser afastadas do convívio social (SOIHET, 2017, p. 363).

Ainda que a implementação dos moldes da família burguesa aos trabalhadores fosse um imperativo, a organização familiar das classes populares assumia uma multiplicidade de formas, com famílias muitas vezes chefiadas por mulheres, sendo comum o abandono do pai-marido, bem

como o recasamento e uniões que não contavam com os moldes de um casamento formal (Soihet, 2017).

Nesse sentido, os recursos utilizados pelo sistema vigente para disciplinar, controlar e estabelecer normas para as mulheres pobres eram o Código penal, o judiciário (e todo seu complexo) e a ação policial. Um dos pontos que se trabalhava era na moderação da linguagem dessas mulheres, estimulando a adoção de “hábitos sadios e boas maneiras, reprimindo seus excessos verbais” (SOIHET, 2017, p. 363). Relevante (especialmente nesta pesquisa) perceber que, frente à escassez de registro sobre as vidas das mulheres de classes populares, tem-se a proliferação de registros justamente nos meios judiciário e policial.

Com a aceleração da urbanização e o movimento das populações pobres para as cidades, vê-se a precarização das habitações que na maioria das vezes dava-se em cortiços, espaços exíguos e divididos entre muitos, próximos ao centro da cidade e postos de trabalho. Incomodados com a feiura que não combinava com o plano burguês de embelezar a cidade, muitos tiveram de deixar suas casas, sendo encaminhados à periferia dos grandes centros, como ocorreu massivamente no Rio de Janeiro e São Paulo (Soihet, 2017).

Nesse processo as mulheres sofreram o maior ônus, já que trabalhavam em suas próprias moradias como lavadeiras, engomadeiras, doceiras, cartomantes, além dos biscates que surgissem. Não se pode esquecer que aí realizavam “os desvalorizados trabalhos domésticos, fundamentais na reposição da força de trabalho de seus companheiros e filhos” (SOIHET, 2017, p. 365). Levando-se em conta o regime capitalista que então se instaurava, com a supressão do escravismo, “o custo da reprodução do trabalho era calculado considerando como certa a contribuição invisível, não remunerada do trabalho doméstico das mulheres” (SOIHET, 2017, p. 362-363).

Nesse contexto, bem distante do ideal burguês da casa aconchegante e privada, as classes populares tinham na rua seu espaço de lazer e circulação. Dentre médicos e juristas tinha-se como norma que as mulheres deviam sempre sair acompanhadas, visto que a rua simbolizava o espaço do desvio e das tentações. Tal norma era impraticável às mulheres pobres que tinham ali seu espaço de sobrevivência (Soihet, 2017). Pelos registros policiais da época (início do século XX), fica claro o empenho das autoridades em impedir o acesso de populares a determinados locais destinados a serem frequentados pelas camadas mais altas da sociedade. No caso das mulheres,

acrescentava-se “os preconceitos relativos a seu comportamento; sua condição de classe e de gênero acentuava a incidência de violência” (SOIHET, 2017, p. 366).

Tal processo não se deu sem resistência, especialmente das mulheres que fizeram valer sua presença na cidade. Soihet (2017) aponta que as atividades das mulheres populares desdobravam-se em sua própria maneira de pensar e viver, dadas suas condições concretas de existência. Ainda que mantidas em posição subalterna, era grande a participação das mulheres pobres no mundo do trabalho, não se adaptando às características dadas como universais ao sexo feminino de recato, submissão, delicadeza e fragilidade. “Eram mulheres que trabalhavam e muito, em sua maioria não eram formalmente casadas, brigavam na rua, pronunciavam palavrões, fugindo, em grande escala, aos estereótipos atribuídos ao *sexo frágil*” (SOIHET, 2017, p. 367). Mesmo com a distância histórica, vemos nessas mulheres algo atualizado em nossas *mulheres infames* dos tempos atuais.

Uma pequena história das mulheres do Rio Grande do Sul e da Serra Gaúcha

Descendo um pouco mais ao Sul do mundo, Caimi (2016) problematiza abordagens tradicionais da historiografia que tendem a apresentar visões homogêneas das mulheres gaúchas que oscilam entre limites estreitos que vão do heroísmo como aquelas apresentadas em personagens ficcionais como Ana Terra³, da obra de Érico Veríssimo e Anita Garibaldi, tão romantizada quanto uma personagem de ficção; à submissão, em especial daquelas de descendência europeia, apresentadas enquanto amarradas à educação patriarcal, à obediência e à passividade.

Nesse sentido, ainda que o objetivo não seja traçar um perfil único que as diferencie de outras mulheres, podemos pensar alguns traços que foram compondo a história das mulheres ao sul do Brasil. Auguste de Saint-Hilaire, botânico francês que esteve no Brasil entre 1816 e 1822

³ Ana Terra tornou-se uma espécie de símbolo da mulher gaúcha, na trilogia *O tempo e o vento*, de Érico Veríssimo (1995). Sua personagem é retratada na ficção como uma mulher valente, obstinada e resistente a todas as perdas e violências. Na mesma direção, muitas abordagens acadêmicas ou literárias apresentam Anita Garibaldi, nascida Ana Maria de Jesus Ribeiro, como a “heroína de dois mundos”. Anita não é personagem de ficção, mas conquistou muitos dos adjetivos atribuídos a Ana Terra, como mulher forte, guerreira, corajosa, pela ousadia em desenhar seu próprio caminho, abandonando o marido com quem fora obrigada a casar-se aos 14 anos para seguir com Giuseppe Garibaldi. (CAIMI, 2016, p. 114).

descreve as mulheres do Rio Grande como bonitas, olhos e cabelos negros, cútis branca, com a vantagem de serem mais coradas do que as francesas (PEDRO, 2017). Ele também identifica a existência de muitas mulheres “comandando estâncias, trabalhando, provendo sozinhas, a sobrevivência, em vista da constante ausência dos maridos”. (PEDRO, 2017, p. 278).

Percebe-se que enquanto nas grandes cidades do país, inúmeras funções eram exercidas por negros livres ou escravizados, nos estados do Sul, as mesmas funções eram exercidas em sua maioria por brancos e, muitas vezes, por mulheres. Com a massiva ocupação do território gaúcho por colonos europeus, numa sociedade de distinções em que a cor da pele não poderia exercer tal função, ser branco e livre não bastava, era preciso ter propriedade e ser “distinto” (PEDRO, 2017, p. 283).

Darcy Ribeiro (2006), ao tentar montar um enredo da formação do povo brasileiro, situa os povos sulinos, em comparação com outras áreas culturais brasileiras, tendo como característica destacada a própria heterogeneidade cultural. Para o antropólogo, três povos compõem nossa história: os *matutos* de origem principalmente açoriana, os representantes atuais dos antigos *gaúchos* da zona de campos e formação *gringo-brasileira* dos descendentes de imigrantes europeus. Dessa forma, destaca Ribeiro (2006),

A coexistência e a interação desses três complexos opera ativamente no sentido de homogeneizá-los, difundindo traços e costumes de um ao outro [...] Mesmo em face dos efeitos homogeneizadores da modernização decorrentes da industrialização e da urbanização, cada um desses complexos tende a reagir de modo próprio, integrando-se com ritmos e modos diferenciados nas novas formas de produção e de vida, dando lugar a estilos distintos na formação da comunidade nacional (p. 369-370).

Nas zonas de colonização europeia, como a que nos debruçamos neste trabalho, percebe-se que a narrativa majoritária sobre a formação do povo tende a excluir no discurso a participação de outras etnias, que não a italiana ou alemã, especialmente a grande massa de “indígenas deculturados⁴, uniformizados culturalmente e motivados para o trabalho disciplinado” (Ribeiro, 2006, p. 370), efeito do avanço das missões jesuíticas sobre o todo o Estado do Rio Grande do Sul.

⁴Ou também: Desculturação. ETNOL, SOCIOL Tendência a perder a ligação com a cultura tradicional e a distanciar-se de sua esfera de influência; perda ou aviltamento da identidade cultural. (Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/busca?id=2Ev5>. Acesso em 10 de julho de 2018).

Nesse sentido, ainda que estejamos lançando um olhar sobre uma região que tem como marca identitária a colonização italiana, sendo inclusive chamada na historiografia de Região de Colonização Italiana no Rio Grande do Sul, a convivência no território nos mostra que a participação de migrantes de outras regiões do estado e mesmo gente que sendo daqui, é identificada como *bugre*⁵, ou seja, de uma ancestralidade indígena, mas perdida no discurso da colonização europeia.

Dos imigrantes italianos que aqui chegaram em fins do século XIX e início do século XX, sabemos que “a miséria, a fome, a falta de trabalho, a precariedade das condições de vida foram características da economia da época e ficaram sempre, no imaginário daqueles que partiram, como dificuldades que os atormentavam e obstáculos que precisavam enfrentar para subsistir” (HEREDIA, 2005, p. 235). Nesse sentido, deixar a Itália era uma questão de sobrevivência àqueles que partiram muitas vezes com o sonho de restituir no Brasil a vida agrária que a Itália já não comportava mais (HEREDIA, 2005).

Heredia (2005) destaca como traços desses imigrantes italianos que chegaram ao Brasil o espírito empreendedor e o culto ao trabalho, a integração associativa, a influência da igreja católica, com destaque para uma estrutura familiar patriarcal e a construção de uma identidade cultural. É nesses termos que

O acesso à terra, a possibilidade da propriedade privada, o valor ao trabalho, a família unida, a terra produtiva e o sentimento de religiosidade integrado ao sentimento de regozijo pela vitória foram sentimentos que permitiram às representações coletivas terem força cultural no meio e representar o resultado de uma definição coletiva. (HEREDIA, 2005, p. 242).

Vannini (2010) aponta que outros grupos étnicos foram cogitados para colonizarem a região, mas os italianos eram preferidos pelas autoridades imperiais e provinciais. O

⁵Bugre é uma denominação dada a indígenas por serem considerados não cristãos pelos europeus. A origem da palavra, no português brasileiro, vem do francês bougre, que, de acordo com o Dicionário Houaiss, possui o primeiro registro no ano de 1172, significando "herético", que, por sua vez, vem do latim medieval (século VI) *bulgārus*. [...] Desta forma, o vocábulo passou a ser aplicado, também, para denotar o indígena, no sentido de "inculto", "selvático", "estrangeiro", "pagão", e "não cristão" - uma noção de forte valor pejorativo, portanto. (Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Bugre>. Acesso em 13 de julho de 2018)

branqueamento da raça é um motivo destacado por alguns autores, mas também o fato de serem europeus e católicos.⁶

Católico, trabalhador, obediente, entre outras, eram virtudes inatas dos italianos e ítalo-gaúchos. O clero católico colaborou para a imagem beatificada do colono ascético, visto ter imprescindível participação na vida colonial. Os italianos, que já eram católicos de origem, encontraram na igreja a referência da organização social na nova terra. Em torno das capelas, originaram-se as comunidades e as bases para o desenvolvimento econômico e político. Aliado a isto, ainda estava o fator espiritual. No relativo isolamento das colônias, a religião foi elemento estabilizador e normatizador do grupo em questão. Desta maneira, desfrutando de grande prestígio, a igreja tornou-se uma referência de poder entre italianos e descendentes e, junto à jurisprudência do Estado, tutelou, sobretudo, os aspectos morais da vida colonial. (VANNINI, 2010, p. 2-3).

A influência católica na região evidenciou seu lado mais ascético especialmente com as mulheres, já que firma um discurso sobre casamento, no qual a sexualidade é reconhecida única e exclusivamente para a procriação. Nesse sentido, ter uma família numerosa foi uma estratégia adotada pelos imigrantes, convergindo interesses mútuos entre os colonos e as autoridades políticas e religiosas. Com altas taxas de natalidade, era comum famílias de doze filhos, famílias de 18, 19, 20 filhos não eram raras nas colônias italianas do RS. (VANNINI, 2010).

Para a ocupação rápida e efetiva das encostas do Planalto, o governo provincial via com bons olhos os nascimentos e até bonificava os casais quando havia a chegada de mais um membro familiar. Durante a ocupação, o governo despendia quantias consideráveis em dinheiro quando ocorria o nascimento de filho do casal imigrante. A bonificação do Estado foi mantida até a década de 1960, demonstrando o interesse do governo em povoar a região mediante o subsídio aos nascimentos. Os valores destinados ao subsídio natalista eram consideráveis, pagos até os três anos de vida, davam conta da subsistência dos infantes. (VANNINI, 2010, p. 3).

Nesse sentido, mesmo que a mulher conhecesse práticas contraceptivas, ela era impelida à maternidade ano após ano. Apelo vindo do governo, da sociedade, do padre e, principalmente, da família, numa grande aliança entre interesses econômicos e morais. Sobre a figura da mulher repousava a missão mais dura do cotidiano colonial que, além de responsável pelo bom

⁶Tais aspectos são bastante evidentes. Como exemplo, apresentamos no capítulo seguinte a relação das comunidades com sua história vinculada à capela, à branquitude e ao sobrenome.

andamento da unidade familiar⁷, cuidava da casa, dos filhos pequenos e, ajudada pelas filhas mulheres, acompanhavam o trabalho do homem com os animais e nas plantações, do plantio à colheita. Entretanto, o trato público dos negócios e do dinheiro, era assunto dos homens, com raras exceções (VANNINI, 2010).

Temos um belo exemplo desses tempos da colonização da região na literatura e na produção cinematográfica nacional. *O Quatrilho*, obra de José Clemente Pozenato (1997), publicado originalmente em 1985, e mais tarde, em 1995, lançado nos cinemas sob a lente do diretor Fabio Barreto, traz a história de dois casais que compram uma propriedade e passam a viver juntos, no início do século XX. Teresa e Pierina, protagonistas da história, trazem muitos dos elementos abordados até aqui sobre os papéis femininos esperados e desempenhados nas colônias italianas.

Do trabalho doméstico interminável à expectativa de que procriem, passando pela clivagem de gênero quantos aos negócios da família, elas são exemplos de como a assunção destes papéis podem coexistir com desvios e, por conseguinte com a infâmia. Em certa altura da trama, Teresa e o marido de Pierina se apaixonam, passando a viver um amor tórrido e em seguida, abandonam seus parceiros. Pierina e o marido de Teresa, ao serem abandonados decidem dar seguimento ao trabalho e acabam ficando juntos, fazendo muitos filhos.

A infâmia que se produz, em grande parte pelo falatório e exclusão gerados na comunidade e à sentença dada pelo padre de que todos ali viviam em pecado, coexiste com o fato de os personagens assumirem suas funções sociais esperadas. As mulheres são *trabalhadeiras* e boas mães, cuidam da casa e são boas católicas, os homens, trabalhadores e exitosos em seus negócios.

Ainda que a obra de feição histórica de Pozenato traga personagens ficcionais para a discussão, ela reflete em muito o que ainda pode ser visto na região de colonização italiana. Das mulheres que trabalham e cuidam da casa, às infâmias que se produzem no cotidiano da cidade. Daqui estamos a um passo de chegar às nossas mulheres com suas ranhuras, vidas minúsculas e logo mais, biografemadas.

⁷ Vide a figura caricata da *nona* que, com pulso firme rege e organiza todo o núcleo familiar.

DOS CACOS DA HISTÓRIA À ESTRATÉGIA BIOGRAFEMÁTICA –

COMO ESCREVER UMA VIDA?

A cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão para tal é que todos os fatos já nos chegam impregnados de explicações (BENJAMIN, 2012, p. 219).

Desde os primeiros passos desta pesquisa, a escrita foi questão que movimentou o interesse pelas narrativas. Escrever: mas escrever como? E mais importante: como escrever uma vida? De uma percepção inicial que apontava para uma discrepância entre as histórias contadas pelas mulheres e seus registros nos serviços, passando pela moralidade dos discursos técnicos que avalia o que é contado em termos de verdade/mentira, certo e errado, tomamos a escrita dessas histórias como processo que comporta tantos outros movimentos quanto uma dissertação tem (ou não) pernas para acompanhar.

Para escrever essas histórias, não podemos nos apoiar numa escrita que se sustenta em dicotomias ou supostas verdades sobre os fatos. Ao contrário de registros que supõem contar a realidade até mais real do que a própria experiência das pessoas, a aposta recai sobre as ficções que compõem o narrar próprio do que é fragmentado e errante. Ficamos com a imagem de “escrever como um cachorro que faz seu buraco, um rato que faz sua toca. E, para isso, achar seu próprio ponto de subdesenvolvimento, seu próprio dialeto, seu próprio terceiro mundo, seu próprio deserto”. (DELEUZE & GUATTARI, 2014, p. 39).

A ideia de uma suposta neutralidade do psicólogo/pesquisador aqui é impossível. Barros (2013) nos lembra que o neutro visa uma opção estratégica, política. Assim,

são neutros, ou melhor, se autodefinem assim, aqueles que querem o espaço esquadrihado e homogêneo, o tempo regulado e ordenado, os cheiros separados e distanciados, os corpos alocados em postos visíveis e disciplinados e até a autorização das desterritorializações a serem executadas, aqueles que querem conservar (os costumes, as regras, as classes, os modos de produção: de bens, de subjetividade etc.). (p. 235)

Benjamin, em seu texto *O Narrador*, escrito entre 1928 e 1935, nos alertava que a arte de narrar estava em vias de extinção, esboçando, entretanto, que outra forma de narrar estava

surgindo. “Uma narração nas ruínas da narrativa, uma transmissão entre os cacos de uma tradição em migalhas” (GAGNEBIN, 2009, p. 53). Tal proposição nasce de uma injunção ética e política de não deixar o passado cair no esquecimento, o que não tem a ver com uma reconstrução do passado de forma épica e de continuidade histórica.

Pelo contrário, Benjamin em suas teses “Sobre o conceito de História” (apud GAGNEBIN, 2009), associa o narrador à figura secularizada do Justo, que traz em si um aspecto mais humilde e anônimo. Também o narrador comportaria a figura do trapeiro, do catador de sucata e lixo, personagem das grandes cidades modernas, “que recolhe os cacos, os restos, os detritos, movido pela pobreza, certamente, mas também pelo desejo de não deixar nada se perder” (p. 53-54).

Não nos enganemos com esse “nada se perder”. Não se trata de lembrar de tudo, o que denotaria um excesso de memória dos ressentidos, como apontava Nietzsche. Gagnebin (2013) sugere que ainda que possamos

ler as histórias que a humanidade se conta a si mesma como o fluxo constitutivo da memória e, portanto, de sua identidade, nem por isso o próprio movimento da narração deixa de ser atravessado, de maneira geralmente mais subterrânea, pelo refluxo do esquecimento; esquecimento que seria não só uma falha, um “branco” de memória, mas também uma atividade que apaga, renuncia, recorta, opõe ao infinito da memória a finitude necessária da morte e a inscreve no âmago da narração (p. 3).

É na esteira de tal reflexão que podemos pensar os apagamentos quanto às histórias destas mulheres num plano macropolítico, mas também pulverizado nas relações entre as pessoas. A invisibilidade e a moralização quanto a modos de vidas que não cabem nas práticas ditas convencionais acompanha tais personagens das margens desde a emergência do capitalismo, ou como Benjamin destacou em toda sua produção, na emergência da técnica, alinhada a uma concepção de progresso.

Benjamin, na tese VII, em sobre o conceito de história, coloca como tarefa escovar a história a contrapelo, uma vez que todo documento de cultura é ao mesmo tempo de barbárie, da mesma forma que seu processo de transmissão (apud MATE, 2011, p. 170). Com isso Benjamin afirma que na narrativa dos vencedores algo sempre fica de fora, sendo excluída da historiografia a experiência dos derrotados e invisibilizados. A tarefa deste trabalho só pode então se colocar a

par deste desafio, escrevendo histórias que se fazem contracorrente, uma vez que a empreitada é dizer algo novo sobre o presente para que o futuro não seja o prolongamento deste presente (Mate, 2011).

Temos, portanto, como proposta ética, estética e política neste trabalho o compromisso com uma narração daquilo que Benjamin nomeou os cacos da história, os restos que não compõe a grande narrativa épica da humanidade e, justamente por isso, traz em si o sujeito moderno apagado, invisível.

Nesse sentido, a noção de biografema criada pelo crítico e semiólogo Roland Barthes pode nos auxiliar, já que este está às voltas de “biografias mínimas, formadas por fatos comezinhos, gostos e impressões breves” (ABREU, 2015, p. 12). Barthes cria tal conceito justamente confrontando-se com o dilema de como escrever uma vida. Ainda que a palavra biografema apresente-se em vários momentos da obra de Barthes, temos em *Sade, Fourier e Loyola*, publicado em 1971, a presença mais clara da ideia de que a escritura rejeita servir de instrumento à representação do sujeito. Nesse sentido, “o jeito é atacar pelas margens, retratar um sujeito que não o é, biografar mais o afeto sentido do que o agente que o causa” (ABREU, 2015, p. 12).

Temos no biografema uma nova posição diante dos signos que envolvem a vida do outro, na medida em que a escrita sugere espaços de liberdade frente ao vivido. É da relação com aquele sobre o qual escrevemos que eclode o biografema, “é um teste-mundo do detalhe e do minúsculo” (COSTA, 2010, p. 12).

Ao invés daquilo que é exemplar, ilustrativo e explicativo, o biografema testemunha o traço insignificante produzido pelo que foge, por aquilo que é comum e ordinário numa vida. A verdade ganha novos e imprecisos contornos - e seu próprio estilhaçamento é aqui sustentado como potência de vida. A consciência histórica cede lugar à consistência biográfica. Ao invés de apegar-se à cronologia, historiografia, linearidade, memória, profundidade, causa, finalidade, contexto, intenção, influência, profundidade e conjunto (palavras de ordem de uma consciência histórica), a consistência biográfica se vê enamorada de séries disjuntivas, fragmento, paradoxo, efeito, superfície, a-historicidade, acontecimento, esquecimento, do que é errante e fugidio. (COSTA, 2010, p. 12)

É nessa mesma linha que Feil (2010) coloca que os traços que compõe uma escrita biografemática são justamente os detalhes que passam despercebidos, detalhes insignificantes de

uma vida transformados em signos de escritura. Em comparação com a biografia, o biografema não se compromete com a história referenciada, “já que ficção e real confundem-se, os traços biografemáticos podem ser extraídos tanto da vida do autor, como de figuras, personagens, conceitos que movimentam as obras” (FEIL, 2010, p. 82).

Com biografemas temos o testemunho daquilo que faz corpo entre o escritor-leitor e as pessoas que narram suas histórias, “uma atualização que sempre traz consigo a névoa de possibilidades virtuais, uma refrescante umidade ao ressecamento dos cérebros históricos” (COSTA, 2011, p. 118). Não se trata de deixar a verdade de lado, mas de potencializar algumas criações, numa espécie de impostura textual, aproximando-se das narrativas que encontramos pelo caminho.

Assim, ao mesmo tempo em que se desinveste da escrita como campo neutro, da simples comunicação de sentidos e conteúdos que lhe seriam exteriores, tomamos narrativas, pesquisa e escrita como questão ética, política e estética, num exercício de criação de cenários intensivos, que nos parecem mais comprometidos com a vida. Nesse sentido, buscamos por meio da criação biografemática, lançar um olhar aos movimentos que tais mulheres colocam no mundo, ao mesmo tempo em que são lançadas questões sobre os modos de existência que temos em nosso social, sempre em vias de se fazerem e se extinguirem, numa relação entre atualidade e virtualidade que passa também pelo exercício de narração e escrita das vidas.

É, portanto, do encontro com as mulheres que trata este trabalho. Posicionamo-nos tal qual dramaturgo que toma para si não a tarefa da transcrição da verdade destas vidas, mas do encontro com elas. Do que fica desses encontros, o biografema traz ao mesmo tempo “falar do outro em mim e falar de mim no outro” (COSTA, 2010).

Ao trazer os encontros com estas vidas, faço coro com Robbe-Grillet (apud Costa, 2010) que ao lembrar de Barthes, escreve: “as cenas que residem com mais precisão na nossa memória são também as mais insignificantes, as mais inúteis: a gente guarda na cabeça, definitivamente, embora não saibamos muito bem o que fazer com elas” (p. 14-15). É assim que um olhar alucinado, a descrição nervosa e pormenorizada de como se deve limpar um chão, a feição de uma mulher que *mente deslavadamente*, acaba por ocupar lugar privilegiado na memória.

Neste ponto, o *óbvio ululante* se anuncia: minha própria posição de mulher pesquisadora e trabalhadora, que parte de uma perspectiva corporificada e situada de produção de saberes.

Haraway (1995) propõe que “a objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver.” (p. 22). Nesse sentido, sua proposta vem ao encontro com o que estamos fazendo aqui, uma vez que “são propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo.” (p. 30).

Se demos a esta dissertação o título de *Vidas das mulheres infames*, no plural, em alusão ao texto de Foucault (2006), é porque aí vemos a potência da multiplicidade que estas existências comportam, além e aquém da delimitação do que se diz delas. Nesse sentido, “a percepção das potências selvagens de um mundo que cria incessantemente, em uma lúdica eternidade que não começa e não termina num ponto único e que não cessa de inventar e de destruir, traz consequências radicalmente libertárias para as subjetividades”. (BAPTISTA; SILVA, 2017, p. 64).

Com Deleuze e Guattari (2014) nos reforçamos ao lembrar que “uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior” (p. 35), e de que nela tudo é político, uma vez que cada caso individual é ligado à política, tomando valor coletivo, portanto. Assim, “não há sujeito, há apenas agenciamentos coletivos de enunciação – e a literatura exprime esses agenciamentos, na condição em que eles não estão dados fora delas, e em que elas existem somente como potências diabólicas porvir ou como forças revolucionárias a construir” (DELEUZE & GUATTARI, 2014, p. 38). E ainda, tomamos histórias individuais “tanto mais necessário, indispensável, aumentado ao microscópio, quanto toda uma outra história se agite nela” (DELEUZE & GUATTARI, 2014, p. 36).

Numa perspectiva ética, apostamos em práticas <escritas> que afirmam o caráter incerto do mundo, o que significa

afastar-se da premissa a partir da qual a ação correta é aquela que interpreta adequadamente as circunstâncias, que é capaz de nomeá-las, de sabê-las inequivocamente para bem conduzir-se ao largo do erro e da maldade. O materialismo tal qual o filosófico, só poderá pensar uma ética que seja também performativa, inventora de mundos, num certo sentido, mais gestual do que intelectual. Essa ética não espera o deslindar dos acontecimentos para conhecê-los, mas, ao sabê-los irreversíveis ao modo de kairós, toma parte na sua produção (BAPTISTA; SILVA, 2017, p. 64).

É assim que na escrita biografemática apostamos em uma estratégia que move uma “vontade de escapar da esclerose do mesmo, um desejo de alguma outra coisa qualquer sempre que se fabula uma nova origem, como *um romance que inventa a si-mesmo*” (COSTA, 2010, p. 48). Escrever as histórias dessas mulheres, como testemunhas de um tempo que insiste em silenciar algumas vidas, ao mesmo tempo que *esculhamba* com outras, é produzir devires outros, performar outros modos de ser mulher.

PERCORRENDO O ESPAÇO

Você conhecerá a cidade embaçada, desfocada, desprotegida do zelo dos instrumentos que a fazem mais bela, ou mais terrível. Ela escapará do conforto dos adjetivos. Digo bem alto nos seus ouvidos, a cidade dará uma resposta às suas análises, responderá às verdades das quimeras presas ao seu corpo. Você está perdido. A paisagem será desenhada por meio do embrulho do seu estômago, da parada e das batidas do coração, dos poros da sua pele transformada em olho. (BAPTISTA; SILVA, 2017, p. 52)

Convido agora a percorrer o espaço de um CRAS... de uma casa de madeira numa rua de paralelepípedos... de uma cidade com sua história própria que, como em um puzzle, foi montando a forma de ser e habitar de seus moradores. Estamos em uma casa de madeira, construída no estilo de outrora, reformada para receber um serviço público. De sala, quartos, cozinha e banheiro, temos o espaço da recepção, salas de atendimentos e da equipe, na garagem de pedra, um espaço para os grupos. Aqui, as paredes de madeira nos convidam a escutar a conversa do outro lado da porta.

Fotografema1: A casa de madeira



Fonte: autoria própria

Há fragmentos de vidas por toda parte: nas histórias que se contam, na fala sussurrada dos que chegam tímidos e se apresentam na recepção, nos habitantes antigos da velha casa. Diz-se em alguns atendimentos que ali, onde conversamos, morreu uma senhora. Há quem diga que se pode sentir. Dos passos dados, sabemos da vibração e da intensidade de quem passa. Quando se está com pressa ou com raiva, passos fortes que fazem balançar os armários. Nos momentos mais suaves, passos que anunciam a passagem de alguém. Na sala de atendimento, sempre há aqueles que se voltam para o barulho, na iminência de que alguém vai transpor a tímida barreira do sigilo.

Fotografema2: a tímida barreira do sigilo



Fonte: autoria própria

Verdadeira paisagem sonora, familiar: tranquilizante. Interessante, porque paisagem descontínua, erráticae, no entanto, muito codificada, daí a força do insólito: quer silêncio inesperável, quer ruído irreconhecível, obrigando a um trabalho interno de interpretação. [...] Casa: objeto fantástico, todo um folclore do medo causado pelo aparecimento do ruído irreconhecível (BARTHES, 2003, p. 155).

Talvez você se pergunte onde está o enquadre regulamentado que a Política nos dá, talvez ainda você se questione que trabalho é possível num local tão familiar e ao mesmo tempo tão fora da padronagem dos serviços públicos, em geral, frios, com paredes brancas e rigorosamente limpas numa tentativa asséptica de se fazer *clean*. Não parece ser o caso deste serviço.

Na vizinhança, um misto de casas do mesmo estilo - de madeira, com uma garagem de pedra na base, e belos pátios ornados ora com flores, ora com verduras e legumes, além de algumas pequenas empresas e lojas de roupas. Em meio a isso alguns terrenos baldios tomados pelo mato, que aguardam algum acontecimento que os faça tomar a forma de um prédio de no máximo três andares.

Há também uma praça a poucas quadras dali, espaço habitado pelos infames da cidade: usuários de drogas, prostitutas, velhos carentes e cachorros a passeio. Não parece que estamos a apenas algumas quadras do centro da cidade. Estamos falando de uma cidade pequena, cerca de 30 mil habitantes, com uma história de colonização italiana que acaba por abafar que grande parte da população é composta de *brasileiros*, como são chamados qualquer pessoa que não seja de origem estrangeira.

Nas ruas dessa cidade acumula-se um volume desproporcional de carros em comparação à sua população. O transporte público é direcionado aos estudantes que são trazidos e levados dos longínquos interiores. Sim, há interiores nesse interior. Quando alguém de uma localidade rural precisa ir à cidade, diz-se que vai à cidade, como se não fizesse parte deste universo citadino. Os modos de fazer esse trânsito são variados, desde caronas com vizinhos ou com o transporte escolar - que circula somente nos horários de entrada e saída dos estudantes, até a caminhada passo a passo sob o sol ou chuva nos muitos quilômetros de estrada. Por isso, muitas vezes, é difícil trabalhar com horários pré-fixados.

Fotografema3: Estradas do interior



Fonte: autoria própria

Há quem diga tratar-se de uma cidade rica. De fato, o PIB per capita da cidade, assim como o IDH estão entre os mais elevados do país, há forte desenvolvimento econômico baseado no cultivo da uva e produção de vinhos, bem como um crescente incremento da indústria moveleira. A pobreza existe e está um pouco escondida, como é comum nas cidades brasileiras. Para além da pobreza material, a vida pacata e pouco dada a comunitarismos reserva a grande parcela da população outra pobreza, que computa altos índices de sofrimento psíquico, em especial entre as mulheres. Deixemos esse mergulho para mais adiante. Por ora, basta saber que “existem desesperos mais intensos, afetos inomináveis, tristezas desconhecidas, alegrias perturbadoras, ignoradas pelo seu universo familiar”. (BAPTISTA; SILVA, 2017, p. 52).

O som da cidade é peculiar e faz um visitante desavisado parar e ouvir o sino da igreja, que com suas badaladas anuncia as horas. Do alto do campanário da Igreja da Matriz, um alto falante anuncia os falecimentos ao som da corneta de *Toque de Silêncio*. Nesse momento, as

peessoas param o que estão fazendo, saem às janelas e às sacadas na expectativa de saber quem é o morto. Acontece que dependendo do vento e se algum caminhão passa na rua naquele instante e, levando em conta a voz fanha do pároco, não se entende o nome do falecido, somente o final do sobrenome, que em italiano são todos muito parecidos. Depois disso, a vida segue.

Nos bairros populares, distantes minutos do centro, uma movimentação qualquer, os estrangeiros que chegam, dão o tom dos olhares que perscrutam quem passa. As crianças e cachorros ocupam o meio da rua, desocupados e tomadores de chimarrão acompanham todo e qualquer movimento com o olhar. Com o tempo, o estrangeiro aprende que se deve cumprimentar a todos com um “opa” ou “bom dia, boa tarde”, no mínimo um aceno de cabeça.

Há uma relação peculiar dessa população com sua história. Certa feita, participando das atividades de um grupo de convivência de idosos numa comunidade do interior, sugeri que o coletivo elaborasse uma história daquela localidade. Para minha surpresa, as mulheres que ali se encontravam, muitas das quais haviam participado dos primórdios da ocupação, só sabiam falar da capela, suas mudanças, reformas, santos, padres. Toda a vida comunitária se dava no entorno da igreja e de suas atividades. Não que não houvesse insidiosos desvios nessa história, sabíamos pelo que vinha nas falas individuais, privadas, de cada uma delas, mas o relato da história do lugar construído por elas mesmas dava-se na sombra do bonito prédio da igreja de pedra, imponente e dominadora.

Fotografema4: A imponente igreja

Fonte: autoria própria

Algo que une essa comunidade: a comida e o vinho. As mulheres se reúnem para fazer massa de todos os tipos. Os homens bebem vinho nas bodegas e porões. Todos se reúnem em volta da mesa. Mas essa reunião tem uma peculiaridade: nos dias de sol, tem hora marcada para acabar, pois seus comensais têm de voltar à labuta, à horta que vos espera, ao serviço interrompido por essas frestas de tempo que os convocam a sentar, comer e beber.

Fotografema5: Entre perais e parreirais

Fonte: autoriaprópria

Tal como a matéria, as cidades se repetem e se desviam em altura e hora incerta. Nenhuma cidade é planejada, estrito senso, posto que planejados são apenas os planos aéreos da urbe. No nível do chão viceja ao extraordinário e o imprevisível, cuja existência clínicamente pode associar-se ou repelir-se com a nossa experimentação urbana e com as nossas produções de sentidos sobre a cidade. (BAPTISTA; SILVA, 2017, p. 67).

A velocidade e o ritmo desta cidade são dados pelo movimento dos transeuntes numa composição louca com os veículos. Com o tempo e uma boa dose de paciência, se aprende que o espaço é de quem tiver mais idade, o que é muito justo, visto que a população idosa é quem guerreiramente sobrevive e persiste nesta cidade. Pausas no trânsito são frequentes, especialmente quando alguém encontrar outro alguém em um cruzamento - que se percorre sempre na transversal, na cadência dos movimentos que o corpo permite.

Há ainda a relação que se estabelece entre as pessoas. Primeiro vem o sobrenome: *de que família você é? Mas tu não é parente do fulano?* Em seguida (ou mesmo antes) a cor da pele. Negros são tão duramente expelidos dessa sociedade que já ouvi relatos (nem um, nem dois) de que não se empregam pessoas negras por *medo*. Sim, medo de um sem fim de coisas que a pessoa de pele negra representa para eles. Medo de roubo, medo de agressão, medo de bruxaria, de macumba.

Um grupo distinto de mulheres se destaca nesse cenário, talvez por contrastarem tão finamente das mulheres infames desta pesquisa. Poderíamos chamá-las de beatas ou de “voluntárias” como se auto intitulam, mas sua inserção na comunidade vai muito além. Algumas

já idosas ou aposentadas, outras aproximando-se daquele momento em que suas funções maternas já não são mais imperativas, elas são da linha caritativa da igreja, fomentando ações de auxílio aos mais necessitados. São professoras aposentadas ou mulheres bem-casadas, com traços delicados, modos gentis e educados. Vê-se que eram as boas-moças-de-família do passado. Aliás, o passado é tema presente em suas conversas. *Ah! Bom mesmo era no tempo da Arena*⁸...

Uma delas em especial me atiçava a curiosidade. Pequena e magricela, a cabeleireira de um bairro popular, vestia-se com a máscara do humor e da prestatividade. No grupo de idosos que essas mulheres organizavam semanalmente, essa pequena pessoa se destacava pelo alarido que causava. Gostava de brincar com as “vovós”, falando obscenidades ao pé do ouvido, ao mesmo tempo em que se regozijava gritando ordens como se falasse com crianças (e não com pessoas de sua faixa etária).

Agora, voltemos ao CRAS e às pessoas que frequentam este espaço. Pode-se perceber de pronto que estamos num ambiente frequentado majoritariamente por mulheres, seja as trabalhadoras ou as usuárias do serviço. Homens também o habitam, mas em geral com demandas diferenciadas, como a busca de encaminhamento para a confecção de documentos ou quando são chamados a exercer sua função na família.

Aliás, esta é uma palavra importante. O CRAS intitula-se “Casa da Família”, em alusão a uma das premissas desta política pública que é o fortalecimento dos vínculos familiares. É habitual que se pense a família composta por um pai e uma mãe e suas composições, com descendentes e ascendentes: filhos, sobrinhos, irmãos, avós, avôs, agregados. Na centralidade desta ideia de família, temos a mulher/mãe, de quem se espera que ocupe a função de cuidado e

⁸Aliança Renovadora Nacional (ARENA) foi um partido político brasileiro criado em 1965 com a finalidade de dar sustentação política à ditadura militar instituída a partir do Golpe de Estado no Brasil em 1964. No programa do partido, adotado em convenção nacional realizada em Brasília em 21 de setembro de 1975, a ARENA assim se posicionou em relação à sua criação e sua existência:

Expressão política da Revolução de Março de 1964, que uniu os brasileiros em geral, contra a ameaça do caos econômico, da corrupção administrativa e da ação radical das minorias ativistas, a ARENA é uma aliança de nosso povo, uma coligação de correntes de opinião, uma aliança nacional. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Alian%C3%A7a_Renovadora_Nacional Acesso em 2 de maio de 2019.

manutenção da unidade familiar. É sobre essa ideia, um tanto vaga, mas muito forte, que lançamos nosso olhar. E quando essa função sofre desvios e a mulher passa a ser olhada com as lentes de aumento da comunidade e dos serviços públicos? Que discursos se produzem neste cotidiano da cidade sobre a mulher? E de que formatécnicos e serviços produzem e reproduzem uma certa infâmia? Lançamos a seguir um olhar às relações entre mulheres e infâmia.

A INFÂMIA E AS MULHERES

De que me vale ser filho da santa
 Melhor seria ser filho da outra
 Outra realidade menos morta
 Tanta mentira, tanta força bruta⁹

No dicionário, infâmia¹⁰ é substantivo feminino. Denota particularidade ou característica de infame; indignidade. Que deixou de possuir fama; sem crédito nem honra; desonra. Que agride a honra ou a reputação de (algo ou alguém); calúnia. Aquilo que agride a honra ou a reputação de; ofensa. Comportamento vergonhoso; baixeza. Entretanto, o olhar que pretendemos lançar aqui, busca ver outros matizes do termo infâmia.

Uma imagem potente sobre a infâmia que quero abordar é escrita por Silvia Federici (2017), ao descrever a intervenção estatal na reprodução do trabalho no que toca a assistência aos pobres e a criminalização da classe trabalhadora já no século XVI na Europa. Num mundo pré-capitalista, a resistência ao empobrecimento e à despossessão alcançavam proporções massivas e tomavam a forma de migração, vagabundagem e “crimes contra a propriedade”:

Em todas as partes – se dermos créditos às queixas das autoridades daquela época – os vagabundos pululavam, mudavam de cidade, cruzavam fronteiras, dormiam nos celeiros ou se apinhavam nas portas das cidades – uma vasta humanidade envolvida em sua própria diáspora, que durante décadas escapou ao controle das autoridades. [...] Começando pela Inglaterra, sempre pioneira nesses assuntos, o Estado promulgou novas leis contra a vagabundagem, muito mais severas, que prescreviam a escravidão e a pena de morte em casos de reincidência (FEDERICI, 2017, p. 160).

Federici(2017) vê nessas iniciativas estatais, dentre outros objetivos, o da disciplina social, que visava atacar a pluralidade das formas de sociabilidade e sexualidade coletivas (o que incluía esportes, danças, funerais, festivais e outros ritos grupais que estreitavam laços e a solidariedade entre as pessoas) – colocando em jogo a dessocialização ou descoletivização da reprodução da força de trabalho, assim como impondo um uso mais produtivo do tempo livre (p. 162).

⁹ Cálice, Chico Buarque.

¹⁰ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/infamia/>. Acesso em 20 de junho de 2018.

Outro ponto, foi a introdução de um sistema de assistência pública em pelo menos sessenta cidades europeias entre os anos 1530 e 1560, tanto por iniciativa de prefeituras locais como por intervenção direta do estado. Análises sobre a questão veem na criação da assistência pública aos pobres tanto uma resposta à crise humanitária que colocava em perigo o controle social, quanto uma forma de evitar a fuga dos trabalhadores de seus empregos, evidenciando um momento de inflexão na mediação estatal entre os trabalhadores e o capital, bem como na definição da função do Estado (FEDERICI, 2017, p. 163).

Com a criação dessa nova “ciência social”, surge também um debate sobre a administração da assistência pública. Se por um lado, reformadores humanistas e porta-vozes dos ricos reconheciam os benefícios econômicos e disciplinares da distribuição da caridade mais liberal e centralizada – embora não fosse além da distribuição do pão, por outro lado uma parte do claro era contrário à proibição de doações individuais. De todo modo, a assistência nesse período foi administrada com tamanha tacanhez que o conflito gerado era tão grande quanto o apaziguamento:

Aqueles que eram assistidos ressentiam-se com os rituais humilhantes a eles impostos, como carregar o “sinal da infâmia” (antes reservado aos leprosos e aos judeus) ou participar (na França) das procissões anuais dos pobres, em que tinham que desfilar cantando hinos e carregando velas (grifo meu). (FEDERICI, 2017, p. 165).

Voltando ao nosso tempo, tomar a infâmia como questão de pesquisa pode parecer um tanto vago, até um pouco *démodé*. Ao eleger a palavra infâmia para nomear algo que percebo no cotidiano do CRAS e de toda uma organização social, tomo alguns riscos como parte deste processo, visto que tal palavra possui um sentido multifacetado e passível de muitas leituras. Benjamin (2012), ao comentar a obra dos surrealistas no início do século XX, percebe que a infâmia foi reconhecida por eles como “algo pré-formado, sem dúvida na história do mundo, mas também em nós mesmos, como algo que nos é inculcado, até mesmo imposto (p. 31).

É sabido que uma questão surge a partir de problemas que se dão em um determinado contexto, no momento em que atravessam nossos corpos, colocando em xeque nosso universo

dereferências tão bem assentadas. Rolnik (2006, p. 2) destaca que é o mal-estar da crise que leva ao trabalho do pensamento e, seja qual for o canal de expressão, “pensamos/criamos porque algo de nossas vidas nos força a fazê-lo para dar conta daquilo que está pedindo passagem em nosso dia a dia”.

Foi em meio a tal crise, no cotidiano do trabalho no CRAS, que pude perceber um certo engendramento que tomava algumas vidas como infames. Explico. São vidas que lá estavam a existir em sua suntuosa cotidianidade, até que por algum movimento fora do eixo, passaram a serem olhadas e pensadas pelos dispositivos da máquina pública – serviços de saúde, assistência social, educação, judiciário, ministério público, polícia etc. Mulheres tomadas pelo discurso do público - do governo e do território, e faladas até seu esgotamento. Para além da vida vivida, há todo um falatório da cidade que dá conta de fabular sobre tais existências. São as mulheres mal faladas da comunidade, tão pouco inspiradoras, mas que exercem algum fascínio e passam a ocupar o cotidiano das falas dos outros, falas que se sobrepõem a falas, tomando a forma daquilo que, muitas vezes, chamamos de fofoca.

Cláudia Fonseca (2004) aborda a questão da fofoca em sua pesquisa etnográfica na Vila do Cachorro Sentado, na Porto Alegre do final dos anos 1980. Ela destaca que, na fofoca estão envolvidos relatos de fatos reais ou imaginários sobre o comportamento alheio. “Ela é sempre concebida como uma força nefasta, destinada a fazer mal a determinados indivíduos. Ninguém se considera fofoqueiro, mas todo mundo concorda em dizer que há fofoca constantemente na vizinhança” (FONSECA, 2004, p. 23).

Numa revisão da literatura antropológica, Fonseca (2004) menciona que a fofoca pode ter muitas funções, dentre elas, reforçar o sentimento de identidade comunitária, ao criar uma história social do grupo, além de informar sobre a reputação dos moradores de um local, consolidando ou prejudicando sua imagem pública. Nesse sentido, “atacar, pela fofoca, os atributos de um e de outro é atentar contra o que há de mais íntimo no indivíduo, a imagem que ele faz de si” (FONSECA, 2004, p.24). Em nota de rodapé, Fonseca (2004) sugere que a “fofoca desliza facilmente para a maledicência, e da maledicência para a maldição. Daí surgem sortilégios. *Acredita-se que as mulheres são particularmente hábeis na manipulação de forças malignas.*” (grifo meu, p.24).

É com certo desconforto que lemos em Fonseca (2004) que “as mulheres são as principais manipuladoras da reputação” (p. 24), o que se daria por meio da fofoca. Antes de sair em defesa de uma pesquisa reconhecidamente relevante na produção sociológica do Brasil ou de atirá-la aos leões da crítica, precisamos entender que tal constatação se dá dentro de um contexto específico, onde homens podiam medir seu prestígio a partir do conhecimento público de sua coragem, de sua virilidade e de sua generosidade, enquanto mulheres eram tidas sob outro tipo de critério, em que se vincula a sua honra à capacidade de cuidar da casa e ser boa mãe. Assim, de acordo com Fonseca (2004), enquanto a reputação é útil ao homem, ela é crucial para a mulher, determinando sua integração ou exclusão da rede comunitária de trocas.

Nesse sentido, não acreditamos (e muito possivelmente nem a própria Cláudia) que a fofoca esteja vinculada a uma suposta natureza feminina. Certamente a fofoca não se dá ao mesmo tempo que uma determinação biológica do sexo e, assim, podemos nos perguntar como as diferenças biológicas são organizadas e como refletimos sobre a relação entre diferenças biológicas e papéis e identidades sociais. Se para Butler (2015), tornamo-nos gênero para outros, na medida em que se estabelece um campo de enredamento ético com outros, temos que “como corpos, nós somos sempre algo mais, e algo outro, do que nós mesmos” (p.175).

Além disso, gênero não deve ser compreendido como identidade estável. Trata-se, antes, de um processo contínuo de repetições e reafirmações, “como se estivesse, a qualquer momento, a ponto de produzir efeitos inesperados, sair dos trilhos” (grifo meu, Safatle apud BUTLER, 2015, p. 189). Assim, “a injunção de ser um gênero dado produz necessariamente fracassos, uma variedade de configurações incoerentes que, na sua multiplicidade, excede e desafia a injunção que as gerou” (p. 189). É justamente através de tais fracassos que se produzem sujeitos, singularidades.

Nesse sentido, quando pensamos o recorte de gênero que as políticas públicas estabelecem em suas práticas cotidianas dos serviços, quem são essas mulheres e como suas formas de estar no mundo acabam por dar visibilidade àquilo que nomeamos “mulheres”, ao mesmo tempo que concede invisibilidade a outras formas de ser mulher. Para tanto, a ideia de gênero como norma nos conduz ao conceito de performatividade em Butler:

O gênero não é um substantivo, mas tampouco é um conjunto de atributos flutuantes, pois vimos que seu efeito substantivo é performativamente

produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. [...] Nesse sentido, o gênero é sempre um feito, ainda que não seja obra de um sujeito tido como preexiste à obra. [...] não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente constituída, pelas próprias “expressões” tidas como seus resultados. (BUTLER, 2016, 56).

Na esteira dessa reflexão, quando trazemos “mulheres infames” ao centro de discussões éticas, estéticas, políticas, propomos ao mesmo tempo, que o sentido de ser mulher, visada em sua infâmia, sofra justamente um deslize de sentidos. Abrir outros dizeres sobre essas mulheres, é também performatizar outras formas de ser mulher na contemporaneidade.

Vemos aqui um importante recorte de gênero e sua interface com a comunidade, similar àquelas encontradas nos engendramentos que as mulheres narradas adiante nesse texto também vivenciam. Se partimos da noção de infâmia, não podemos deixar de pensá-la juntamente com a fofoca e a reputação, o que nos dá pistas do que se constrói enquanto sintoma das *inflamações* de uma época.

Prosseguindo, podemos pensar que discursos infamantes se aproximam de discursos inf(l)amantes que por sua vez também inflamam, talvez não provoquem incêndios, mas uma chama contínua e baixa que, em seu insistente repetir, acaba por inflamar e suscitar discursos de verdade sobre estas mulheres, discursos carregados de moralidade. A esta imagem das falas que inflamam e causam incêndios, podemos nos debruçar sobre o verbo e pensar no processo de inflamação que tais discursos suscitam. Inflamação no sentido purulento, corporal, reativo a um agente patológico. Como se a infâmia produzida e apontada fosse a própria inflamação que o corpo se esforça a expelir.

Benjamin, ao fazer uma leitura obra de Baudelaire, nos traz elementos interessantes para pensar a questão da infâmia. Instigado pelas mudanças que o capitalismo vinha imprimindo na coletividade, Benjamin vê nos personagens do poeta todo um conjunto de estilhaços que registram a presença de sujeitos alheios ao capitalismo - a prostituta, o jogador, o marginal (SOLER e KAWAHALA, 2010). Nesses termos, podemos pensar com Benjamin, a partir dessas figuras infames que compõem a realidade (de Baudelaire e também – por que não? - da nossa), a

construção da experiência coletiva para pensarmos o mundo contemporâneo, e no caso desta pesquisa, da experiência das mulheres.

É também nessa esteira que Tânia Galli problematiza a aparição da figura infame “quando sua voz é proferida e ouvida, faz-se um balbucio da infâmia e amplia-se o tecido da própria realidade [...] Os discursos infamantes são produzidos como expressão de um tempo que comporta um passado que insiste” (apud MATTEDI, BARROS e CARVALHO, 2014, p. 242-243). Vemos assim que na escrita da vida dessas mulheres, um fio se tece entre presente e passado, ligando-as a toda uma rede que as ultrapassa. Mais do que isso, nesses discursos e marcas infamantes, podemos identificar anacronismos, sobrevivências e latências do passado no presente, ao mesmo tempo em que podemos avaliar e mensurar a intensidade dessas marcas no processo de subjetivação de homens e mulheres.

Nessa reflexão sobre a infâmia, me utilizo especialmente do texto *A vida dos homens infames* de Foucault (2006) como inspiração para me aproximar do que se produz sobre a vida destas mulheres. Já no início do artigo, Foucault coloca que sua escolha não seguiu outra regra que não seu próprio gosto e afetação, dada a intensidade que o atingiu num primeiro momento do encontro com estas vidas reduzidas a poucas linhas.

É uma antologia de existências. Vidas de algumas linhas ou de algumas páginas, desventuras e aventuras sem nome, juntadas em um punhado de palavras. [...] O termo "notícia" me conviria bastante para designá-los, pela dupla referência que ele indica: a rapidez do relato e a realidade dos acontecimentos relatados; pois tal é, nesses textos, a condensação das coisas ditas, que não se sabe se a intensidade que os atravessa deve-se mais ao clamor das palavras ou à violência dos fatos que neles se encontram. Vidas singulares, tornadas, por não sei quais acasos, estranhos poemas, eis o que eu quis juntar em uma espécie de herbário. (FOUCAULT, 2006, p. 203-204).

Foucault pontua como foi tomado de impressões físicas no contato com os registros de internamento de dois séculos atrás. Talvez este também seja meu critério ao transpor aqui a minha afetação ao ter contato com vidas infamadas/difamadas ao sul do mundo, numa peculiar região do RS, que comporta fortes marcas da imigração italiana e da Igreja Católica. São mulheres que por variados motivos acessaram a Política de Assistência Social e que passaram a dar visibilidade a modos de existência nos desvios do que se esperava delas, tanto nos serviços

pelos técnicos que ampliaram as narrativas sobre tais mulheres, como na comunidade, por meio da fofoca e difamação, numa espécie de <glória às avessas>.

Ainda que na obra de Foucault a infâmia esteja ligada à obscuridade, cabe também a reflexão quanto a palavras próximas que compõe o grande arsenal do que se diz dos outros. Nesse caso, ao lado da infâmia, podemos pensar a própria fama e a difamação como derivações que se aproximam e se afastam dos discursos infamantes, evidenciando um espectro ampliado das construções sociais em torno das mulheres. Para ilustrar esse campo com fronteiras borradas entre Infâmia, fama e difamação, trago as histórias da Jandira e da Gládis.

Das histórias que se contam: Jandira, entre a virtude e o sexo

Jandira era o que se pode chamar de mãe preocupada. Toda uma vida dedicada a ser uma mãe perfeita, sem erros. Para tanto, a igreja servia como suporte. Ali buscava a afirmação de tudo o que já sabia, mas com o respaldo de deus, seus argumentos eram irrefutáveis. Com dois filhos adolescentes e uma menina pequena, não podia dar brecha ao diabo, que sempre atíça as pessoas para o mal. Tinha os olhos vidrados, era uma mulher virtuosa, e triste e azeda e neurastênica, como Nelson Rodrigues tão bem definiu essa casta classe de mulheres. Um dia descobriu que seu filho mais velho, já com dezessete anos, transava com a namorada. Nesse mesmo dia o expulsou de casa, entendendo que era uma boa forma de corrigir um erro tão malvisto aos olhos de deus. Procurou a psicóloga do CRAS mais para reafirmar sua posição, ainda que os efeitos disso tenham destrambelhado sua já frágil saúde mental.

Uns meses depois, acompanhando o filho, aquele mesmo que havia sido expulso de casa, fico sabendo que Jandira, dois dias antes do natal, abandonara a família, levando consigo a menina. Foi viver com outro homem, em outra cidade, sem dizer palavra. O falatório foi grande. Pouco se sabe dos seus motivos, mas sua reputação de mulher virtuosa foi jogada no chão, pisada e repisada por uma boiada enfurecida e ávida por alimento. O marido abandonado, dias depois tentou suicídio.

Das histórias que se contam: Gládis, que matou o marido

Ela chegou causando constrangimentos no pacato grupo de artesanato. Falava alto e fazia piadas infames, mexendo nas partes mais íntimas das demais integrantes, não tinha a menor delicadeza para destroçar a intimidade alheia. A artesã que conduz o grupo veio falar comigo, não sabia como lidar com as intervenções incomuns que a Gládis fazia. Da última vez contou com detalhes como matou o marido que era alcoólatra e a agredia. A deixa veio quando outra mulher disse que não aguentava mais o seu casamento, que era uma vida toda de humilhações. Querida, tu não precisa passar por isso, é só colocar um pouco de estricnina a cada dia na comida dele, em alguns dias ele morre.

(Gládis de fato matou seu marido, sendo julgada e absolvida – alegada legítima defesa).

Se no texto de Foucault (2006), a infâmia está nos registros das “vidas ínfimas que se tornaram cinzas nas poucas frases que as abateram”(p. 204), nesta escrita o intuito é lançar um olhar à infâmia que circula em outras paisagens, mais exatamente no próprio imaginário em torno das mulheres, consideradas dignas ou indignas, alvos dos falatórios na cidade, mas também dos arquivos da máquina pública, como em registros de prontuários, relatórios e pareceres encaminhados ao Conselho Tutelar, Ministério Público, Judiciário e outros serviços da rede, frequentemente requisitados sobre as famílias acompanhadas. Do filete cinza que suas vidas comportaram até o encontro com o poder, momento em que se tornam objeto dos discursos alheios, temos a proliferação de discursos e registros sobre estas vidas.

Como Foucault, “o sonho teria sido o de restituir sua intensidade em uma análise” (p. 204),mas dada a amplitude do feito, proponho, como ele, reunir aqui tais histórias a fim de “reencontrar alguma coisa como essas existências-relâmpagos, como esses poemas-vidas” (p. 205), me utilizando de algumas de suas regras:

que se tratasse sempre de existências reais; que se pudessem dar-lhes um lugar e uma data; [...] (que) mantivessem sempre uma relação, ou melhor, o maior número de relações possíveis com a realidade: não somente que a ela se referissem, mas que nela operassem; que fossem uma peça na dramaturgia do real [...] Quis também que essas personagens fossem elas

próprias obscuras; que nada as predispusesse a um clarão qualquer, que não fossem dotadas de nenhuma dessas grandezas estabelecidas e reconhecidas – as do nascimento, da fortuna, da santidade, do heroísmo ou do gênio; *que pertencessem a esses milhares de existências destinadas a passar sem deixar rastro; que houvesse em suas desgraças, em suas paixões, em seus amores e em seus ódios alguma coisa de cinza e de comum em relação ao que se considera, em geral, digno de ser contado;* que, no entanto, tivessem sido atravessadas por um certo ardor, que tivessem sido animadas por uma violência, uma energia, um excesso na malvadeza, na vilania, na baixeza, na obstinação ou no azar que lhes dava, aos olhos de seus familiares, e à proporção de sua própria mediocridade, uma espécie de grandeza assustadora ou digna de pena. (grifo meu, p. 206-207).

Ainda que a força do texto de Foucault nos acompanhe na reflexão sobre a infâmia, é preciso destacar que quando falamos de mulheres, parece que a infâmia recai sobre algo que é “colado” ao gênero, ou ainda naquilo que as mulheres representam socialmente. Para dar conta de tamanho enredo, convido a Regina para compor essa história.

Das histórias que se contam: Regina está nessa porque quer

Ela chegou noCRAS por ordem judicial. Havia mudado de município recentemente, com o objetivo de escapar dos olhos do Juizado de Infância que havia abrigado sua filha maior e estava na iminência de abocanhar o menor. Nosso trabalho era emitir pareceres sobre a situação atual de Regina e sua condição de criar seus filhos e, na medida do possível, auxiliá-la na direção de ser uma pessoa melhor. Ao que tudo indica, o papel a ser desempenhado por ela era ser uma mulher-mãe perfeita ou com pequenos defeitos justificáveis. Só que junto da Regina havia tanto relatório e “*dizem que...*”, que era difícil saber se nos detínhamos ao que ela dizia e mostrava ou a seu passado registrado e enunciado aos quatro ventos. Havia a conselheira tutelar do outro município com pilhas de papel e uma voz ao telefone que anunciava aos berros que Regina não podia ser mãe. No bairro também se falava: *essa mulher é louca*. Isso porque ela amava um usuário de *crack*, que levava sua frágil saúde mental ao colapso. Ela também mentia e fugia, sempre que possível e necessário.

Regina procedeu de forma a conseguir tudo o que se esperava dela: separou-se do marido, arrumou um emprego, passou a apresentar um discurso coerente e comprometido, sem nunca

faltar aos atendimentos, de fato, “se organizou”. Falava de como sua infância tinha sido difícil, de como não sabia ser mãe por não ter tido ela própria uma. Uma paciente nos moldes que a psicologia gosta. Assim que Regina obteve a guarda da criança (em função dos nossos relatórios que afirmavam sua “melhora”), sumiu. Não só não compareceu mais aos atendimentos, mas em nossas tentativas de encontrá-la descobrimos que mudou de cidade com as crianças e o marido.

Se temos notícia da Regina, é porque o poder entrou em contato com ela, iluminou por um instante sua vida que poderia ter permanecido no escuro. É o que Foucault diz, ainda sobre as partículas que nos chegam de seus homens infames: “O que as arranca da noite em que elas teriam podido, e talvez sempre devido permanecer é o encontro com o poder: sem esse choque, nenhuma palavra, sem dúvida, estaria mais ali para lembrar seu fugidio trajeto” (p. 207).

Com Foucault também sabemos que o poder se dá de formas difusas, heterogêneas, em constante transformações. Nesse sentido, o que existem são práticas e relações de poder, e não “o” poder em si, retificando a ideia de que o Estado deteria o poder de forma centralizada e única (FOUCAULT, 2013). Assim, Roberto Machado, na introdução da *Microfísica do Poder*, afirma que os poderes “funcionam como uma rede de dispositivos ou mecanismos a que nada ou ninguém escapa, a que não existe exterior possível” (FOUCAULT, 2013, p. 17).

Mais adiante, contra a hipótese repressiva ou jurídica do poder, Foucault vai afirmar que os micropoderes disseminados na malha social são de natureza *produtiva*: “o poder produz; ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade [...] E é esse aspecto que explica o fato de que ele tem como alvo o corpo humano, não para supliciá-lo, mutilá-lo, mas para aprimorá-lo, adestrá-lo” (FOUCAULT, 2013, p. 20).

Se há alguma diferença entre os homens infames de Foucault e as mulheres que trago aqui, ela é da ordem do tempo e do espaço, mas também de quem enuncia. Enquanto Foucault se deparou com os *restos* daquelas vidas, um punhado de palavras que séculos depois davam forma a existências difusas enunciadas ali, o que remonto aqui é da ordem da profusão de enunciados sobre elas, agora atualizados na política pública da Assistência Social ou, como bem colocado, o poder “constituído de uma rede fina, diferenciada, contínua, na qual se alternam instituições diversas da justiça, da polícia, da medicina, da psiquiatria” (FOUCAULT, 2006, p. 219). É como

se Foucault se deparasse, dois séculos depois, com os relatos que construímos dessas mulheres. Nesse sentido, há mais pontos de encontro do que desencontro.

Mais uma vez, é preciso lançar um olhar sobre como esses relatos chegam até nós. Em geral, são as mulheres que mais frequentam um CRAS configurando o que Cisne (apud Fritzen, 2015) chama de feminização da assistência social, com destaque para o histórico da política que desde sua emergência até hoje é permeada pela responsabilização das mulheres que “cuidam” no SUAS (Sistema Único de Assistência Social): das profissionais às usuárias, as mulheres são maioria nos atendimentos e equipes técnicas.

A centralidade na mulher-mãe que vem na esteira da matricialidade sociofamiliar, instituída na PNAS - Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), tem gerado debates e críticas ao modelo proposto pela Política. A crítica recai no lugar da mulher/mãe como principal elemento fomentador de mudanças, na expectativa de que se desempenhe papel ativo para a configuração de uma “boa família”, reforçando estereótipos sobre a condição feminina dentro de um viés biologicista que coloca como predisposições naturais a função de cuidadora no âmbito privado/doméstico (Carloto e Mariano, 2008).

Não é à toa que grande parte das histórias trazidas aqui, estão vinculadas às questões da maternidade. Rago (2014) nos lembra que o ideal burguês da “nova mãe” passa a desempenhar papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna.

Vigilante, atenta, soberana no seu espaço de atuação, ela se torna responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar [...]. A casa é considerada o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí, a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação. (RAGO, 2014, p. 109-110).

Quando tomamos o aspecto da maternidade na vida destas mulheres, vemos que a narrativa construída em torno de um mito de amor materno, obscurece todo um outro movimento que toma conta das existências, sem falar do trabalho doméstico não remunerado, tomado como bem da humanidade. É assim, que Mate (2011) ao fazer uma leitura da Tese VII “Sobre o conceito de história” de Benjamin, vai colocar que “essa história, construída em empatia com o vencedor de ontem, é de grande ajuda para o dominador de hoje, posto que permite mostrar o patrimônio do povo como coisa de família, uma família da qual ele é o herdeiro legítimo” (p.

181). Escrever a história dessas mulheres, a contrapelo de um universalismo que as coloca no pedestal da maternidade, por exemplo, afinal, numa história dos vencedores, “é claro que deve levar em conta os vencidos – entre outras razões, porque sem eles não haveria vencedores” (Mate, 2011, p. 181).

Dando um salto à política pública de hoje, vemos que, junto do foco na matricialidade sociofamiliar, muitas vezes as histórias relatadas pela própria mulher a um psicólogo ou assistente social, ou mesmo à pessoa que a entrevista no Cadastro Único¹¹, são aquelas relacionadas ao papel esperado na organização familiar. Ainda que a proposta seja de propiciar dispositivos abertos de acolhimento, a própria mulher está tão enraizada em sua função materna e doméstica, que os relatos giram em torno das problemáticas a respeito dos filhos, marido, pessoas cuidadas, a casa etc. Convido agora a Gema para falar de suas coisas.

Das histórias de que se contam: Gema não sabe ser mãe

Gema foi encaminhada ao CRAS na reunião de rede. Era um caso antigo no município que não logrou sucesso em nenhum dos serviços que topou em seu caminho. Havia passado inicialmente pelo Conselho Tutelar, em virtude da adoção de um filho de seu irmão que estava em um abrigo em Porto Alegre. O menino, diagnosticado (e medicado) desde cedo como psicótico, vivia a *via crucis* dos meninos institucionalizados, levado pela mãe, responsabilizada por esse cuidado. Ele estava sempre na iminência de ser expulso da escola: a esta altura, já frequentava o terceiro estabelecimento. Enquanto isso, todas as psicólogas do município atenderam a mãe ou o menino, sendo decretada a inabilidade de Gema, no alto de seus sessenta e poucos anos, de ser uma boa mãe.

Não sei como foi, mas em algum momento o menino desaparece das narrativas correntes e toma-se Gema como um problema. Ela era nervosa, falava sem parar de como se esmerava em deixar a casa limpa, diariamente, sempre. O guri, que gostava de mexer na graxa e com entulhos, chegava em casa, ligava todas as luzes e ia cortar pão, deixando um rastro preto e farelento pelo caminho. Gema se angustiava porque o conselho tutelar a proibiu de utilizar métodos violentos,

¹¹ O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal é um instrumento que identifica e caracteriza as famílias de baixa renda, permitindo que o governo conheça melhor a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações como: características da residência, identificação de cada pessoa, escolaridade, situação de trabalho e renda, entre outras.

então deixava que ele fizesse tudo o que queria e em seguida ia limpando. As psicólogas, por sua vez, diagnosticavam sua passividade. No fundo dessa cena, há um pai, também idoso, mas não recorde seu nome.

Se fosse possível dizer uma palavra que definisse Gema, seria dedicação. Já havia passado por muita coisa, criação de seus filhos, os paridos e os adotivos, um câncer, o interminável serviço doméstico. Hoje, um tanto preterida por aqueles a quem se dedicou, vive a angústia do vazio. Nos tempos difíceis descobriu que, quando era trabalho demais, jogar-se no chão era uma possibilidade de ser vista, cuidada. Da casa que peça a peça é limpa diariamente, faz um jogral de palavras para dizer da louça, do chão, do pó nos interruptores de tomada.

Em uma infeliz tentativa de dizer para Gema minimizar esse aspecto em sua vida, ela lança no fundo da minha vergonha, um tratado do que significa a casa para uma mulher num bairro de casas, que com a porta aberta, recebe a qualquer momento, da rua e do além, visitas dos vizinhos, parentes e quem mais quiser se imiscuir no seu espaço acolhedor e limpo. Em meio a isso, teve a audácia de questionar as ordens de um conselheiro tutelar autoritário que lhe ordenava seus mais minúsculos movimentos. Passou a questionar se a escola era de fato um bom lugar para o filho. Mal falada na rede de serviços do município, continuava a ser olhada às avessas.

Quando passei a dedicar um tempo da minha semana a suas histórias e reflexões, aconteceu de por muitos momentos me entediar, pensar para onde tudo isso vai? Como tanta tagarelice sobre coisas tão banais? Entendi que edificar uma coerência em meio a tanto trabalho não remunerado e uma completa abdicação de si em favor daqueles de quem se cuida - o marido, os filhos, sobrinhos, idosos, doentes, é um ato de mais força do que eu possa imaginar.

Uma das maiores dores da Gema era não ser reconhecida por sua dedicação pelos filhos. Uma filha em especial dizia: *por que tanta reclamação? Tu nem trabalha!*

Federici (2019) nos lembra que a condição não remunerada do trabalho doméstico é um dos principais fatores para o fortalecimento do senso comum de que o trabalho doméstico não é trabalho, impedindo que as mulheres lutem contra essa situação. Nesse sentido, todo o trabalho

feito no espaço privado do lar (Federici inclui aqui o trabalho sexual e afetivo) “não só tem sido imposto às mulheres como também foi transformado em atributo natural da psique e da personalidade femininas, uma necessidade interna, uma aspiração, supostamente vinda das profundezas da nossa natureza feminina” (FEDERICI, 2019, p. 42).

Devemos lembrar que isso não se dá somente nas relações íntimas entre as pessoas, mas como parte do próprio capitalismo, que tem se sustentado desde seu início sobre o trabalho não remunerado de mulheres.

Ao mesmo tempo, o capital também disciplinou o homem trabalhador, ao tornar “sua” mulher dependente de seu trabalho e de seu salário, e o aprisionou nessa disciplina, dando-lhe uma criada, depois de ele próprio trabalhar bastante na fábrica ou no escritório. [...] Tal como Deus criou Eva para dar prazer para Adão, assim fez o capital criando a dona de casa para servir física, emocional e sexualmente o trabalhador do sexo masculino, para criar seus filhos, remendar suas meias, cuidar de seu ego quando ele estiver destruído por causa do trabalho e das (solitárias) relações sociais que o capital lhe reservou. (FEDERICI, 2019, p. 44-45).

Podemos pensar que tal “modelo” de mulher não está mais tão em voga. Que hoje as mulheres têm sua autonomia e empregos, não vivendo mais na total dependência do marido. Porém, a Gema existe, e assim como ela, mulheres independentes seguem fazendo (muitas vezes somente ela) o serviço doméstico de forma invisibilizada por aqueles que dele se beneficiam. Parece que as próprias mulheres incorporam essa invisibilidade em seu fazer cotidiano. Mas não a Gema, que fazia do trabalho sua narrativa corrente.

De um certo sono e tédio que a fala de Gema me causava, recordo-me que, dos registros dos homens infames, Foucault (2006) se compadecia com o floreio dado às vidas mais dignas de pena, causando um efeito cômico: “há alguma coisa de irrisório ao se convocar todo o poder das palavras, e através delas a soberania do céu e da terra, em torno de desordens insignificantes ou de desgraças tão comuns [...] *Por que esse teatro tão enfático do cotidiano* (grifo meu)?” (p. 211-212). Foucault identifica na confissão a tomada do poder sobre o cotidiano da vida, postulando assim a “obrigação de fazer passar regularmente pelo fio da linguagem o mundo minúsculo do dia-a-dia, as faltas banais, as fraquezas mesmo imperceptíveis, até o jogo perturbador dos pensamentos, das intenções e dos desejos” (p.212).

Já no final do século XVII, a confissão de cunho religioso é enquadrada e ultrapassada por um mecanismo de funcionamento diferente, ainda que o objetivo fosse o mesmo, tornando-se um agenciamento administrativo, com seus mecanismos de registros:

Para esse enquadramento, se utilizam, e sistematicamente, procedimentos antigos, mas, até então, localizados: a denúncia, a queixa, a inquirição, o relatório, a espionagem, o interrogatório. E tudo o que assim se diz, se registra por escrito, se acumula, constitui dossiês e arquivos. A voz única, instantânea e sem rastro da confissão penitencial que apagava o mal apagando-se ela própria é, doravante, substituída por vozes múltiplas que se depositam em uma enorme massa documental e constituem assim, através dos tempos, como a memória incessantemente crescente de todos os males do mundo. O mal minúsculo da miséria e da falta não é mais remetido ao céu pela confidência apenas audível da confissão; ele se acumula sobre a terra sob a forma de rastros escritos. É um tipo de relações completamente diferentes que se estabelece entre o poder, o discurso e o cotidiano, uma maneira totalmente diferente de o reger e de o formular. (FOUCAULT, 2006, p. 213).

É interessante observar que, ainda que tais procedimentos materializados nas formas de cartas régias com ordens de prisão e internamentos, contando com a presença generalizada da polícia, era uma forma de serviço público solicitadas ao rei pelos mais humildes:

Mas ela não era concedida com pleno direito a quem a pedia; uma inquirição devia precedê-la, destinada a julgar o fundamento da demanda; ela devia estabelecer se esse abuso ou essa bebedeira, essa violência e essa libertinagem mereciam, de fato, um internamento, e em quais condições e por quanto tempo: tarefa da polícia, que recolhia, para fazê-la, *testemunhos, espionagens, e todo murmúrio duvidoso que faz névoa em torno de cada um*. (grifo meu, FOUCAULT, 2006, p. 214).

Desse ponto, as histórias de Rosangela e Cinara se destacam no memorial dos *murmúrios duvidosos* que acabam por definir os caminhos de uma vida.

Das histórias que se contam: Rosangela, interdita, interrompida.

Rosangela chegou ao CRAS, encaminhada pelo CAPS¹², com sua irmã. Ainda que alguma psicopatologia parecesse dar o tom das falas, o serviço de saúde mental entendeu que a

¹²Os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) são unidades especializadas em saúde mental para tratamento e reinserção social de pessoas com transtorno mental grave e persistente. Disponível em:

violência doméstica sofrida era mais gritante e primordial de se resolver. Ela era irascível, gritava contra a irmã, jogando nela um sem número de culpas e deixava claro que não gostava de psicólogos, nem de ninguém que supunha que ela estaria nessa situação por seus próprios atos. Tinha um sobrenome grandioso na cidade, mas estranhamente vivia na penúria, emagrecida e com uns chumaços vazios onde deveriam ter cabelos e sobrancelhas.

A história era confusa e beirava o surreal. Há anos Rosangela vivia com um cara, numa relação violenta e bizarra. Ele a queimava com cigarro, arrancava seus cabelos, a obrigava a manter relações sexuais quando ela não queria. Era difícil entender como ela vivia isso, pois era inteligente e sensível. Gostava de gatos, plantas e astrologia.

Ela tinha uma filha do primeiro casamento que, quando iniciou esse relacionamento, tinha uns seis anos. Na iminência de a criança também sofrer algum tipo de violência, a família se organizou prontamente, internando Rosangela em uma clínica psiquiátrica. Durante a internação, sob efeito de muita medicação - motivo pelo qual Rosangela nega-se a tomar qualquer remédio até hoje, assinou um papel que dava a guarda da filha a uma irmã que vive a dez horas de avião de distância de Rosangela. Meses depois, com o apoio de um juiz amigo da família, Rosangela foi interditada, alegada sua insanidade mental. Isso me parecia algo escandaloso, visto que ela não era mais doida que qualquer outra mulher sofrida.

A menina, que hoje já beirava os 20 anos, não queria saber da mãe louca que vivia no Sul e havia a abandonado, conforme a narrativa que ouvira ao longo dos anos. Rosangela, vivia essa dor e uma intensa raiva em todas as horas do seu dia, num ciclo que acabava por confirmar sua loucura. Havia algo entre a situação de violência que se colocava com o homem que escolhera viver e a dor de ter perdido sua filha, atualizados diariamente num sofrimento pungente.

Rosangela fez alguns movimentos na direção de adquirir alguma autonomia. Conta que estava concluindo um curso de técnico de enfermagem, quando foi convidada a se retirar da sala, sob o argumento de que sua irmã havia apresentado o papel de sua interdição à direção da escola. Novo surto, novo fato acrescentado ao longo portfólio de suas loucuras.

À essa altura tinha desistido de qualquer diálogo com o Judiciário. Mas um tempo atrás, na vã esperança de que alguém a acudisse, esperava semanalmente o juiz na porta do Fórum a fim de mostrar-se organizada e capaz de ser mãe e cidadã, mas isso só fazia crescer as laudas que

comprovavam sua loucura no processo de interdição. Afora isso, o juiz era amigo íntimo de sua irmã. Entre sua palavra ensandecida e a da irmã bem-sucedida, havia um universo de incompreensão.

Entretanto, Rosangela sempre dera o tom do que queria com nossos atendimentos. Em nenhum momento supusera “cura” para o que para ela não era doença e sim um grande infortúnio, arquitetado por mentes gananciosas com uma boa dose de predestinação do universo, garantido pelo seu sol e lua em escorpião.

Das histórias que se contam: Cinara, bandida.

Nunca vi a Cinara. Sua história nos chega pelas palavras apaixonadas de seu Ângelo, esse sim, um entusiasmado contador de histórias. Ele conta seus diálogos com a Cinara saboreando cada palavra. Estão namorando e ela jurou com os dedos cruzados dentro da igreja que era tudo verdade. Ela jurou e isso vale mais que evidências. Seu Ângelo tem 65 anos, nunca se casou, sequer teve um relacionamento. Viveu sempre depois de umas duas montanhas, bem no meio dos parreirais, com o pai e o irmão mais velho. Às vezes inventa palavras que nos deixam à deriva nos significados: *pelhor*. Um dia conheceu a Cinara na praça, ela que era diferente das outras mulheres que vendiam seu corpo ali. Ela é mulher respeitável, mãe de família. Essa é a versão da história do Ângelo, toda colorida e romântica. Quanto à Cinara, sempre nos escapa. Sua única aparição foi quando ela e seu Ângelo vieram ao CRAS para se inscrever no casamento comunitário. Ela pediu uma palavrinha com a assistente social em particular. Disse que não queria se casar com esse velho maluco e que ela é prostituta, sim, é assim que sustenta seus filhos. Junto disso, a ajuda ferrenha dos assíduos informantes da cidade nos recomendava dar um basta nessa bandida. A cada palavra apaixonada de Ângelo, Cinara dava uma rodopiada bonita que o deixava de queixo caído. Como destruir um amor tão bem arquitetado em sua cabeça? Acontece que ela o explora, o faz pagar seu aluguel, luz, comida, celular. Ele, por outro lado, sente-se o homem da casa, sem saber ou preferindo ignorar que a casa da Cinara é frequentada por tantos outros homens. Quando questionado se já a beijou ou dormiu com ela, diz que é claro, namorados se beijam, mas que nunca dormiu porque ela é moça direita e só depois do casamento.

De Rosangela e Cinara aos homens infames de Foucault, vemos toda uma cadeia política entrecruzar-se com a trama do cotidiano, colocando nas mãos de cada um que tivesse habilidade para fazê-lo, para seus próprios fins e contra os outros, os mecanismos da soberania, inserindo-se no mais elementar do corpo social: “de súdito a súdito – e, às vezes, trata-se dos mais humildes –, entre os membros de uma mesma família, nas relações de vizinhança, de interesses, de profissão, de rivalidade, de ódio e de amor” (FOUCAULT, 2006, p.215).

Nasce assim, uma infinidade de discursos que atravessam a vida cotidiana. “O insignificante cessa de pertencer ao silêncio, ao rumor que passa ou à confissão fugidia. Todas essas coisas que compõem o comum, o detalhe sem importância, a obscuridade, os dias sem glória, a vida comum, podem e devem ser ditas, ou melhor, escritas” (FOUCAULT, 2006, p. 216).

Ainda com Foucault (2006), vemos que, das fulgurações cotidianas remetidas ao rei na França do século XVII, caminhamos paulatinamente para um discurso que se pretenderá baseado na observação e na neutralidade, munindo-se de uma rede fina que sustenta tais relações. A Psicologia também entra aí, com seus instrumentos de medição, normatização, de “fazer falar”. Não é à toa que Rosangela tinha uma “cisma” com psicólogos. Ao longo de sua história, não foram poucos os que, atentos aos seus deslizos, anotaram e encaminharam seus pareceres, mais interessados em diagnosticar algo naquele caos, do que em ouvir seu sofrimento que uivava.

Roberto Machado, ao introduzir a questão do poder disciplinar na Microfísica do Poder, salienta que a vigilância é um de seus principais instrumentos de controle. Vigilância sem limites, que penetre nos lugares mais recônditos:

Indiscrição” com respeito a quem ela se exerce que tem como correlato a maior “discrição” possível da parte de quem a exerce. Olhar invisível – como o do *Panopticon* de Bentham, que permite ver tudo permanentemente sem ser visto – que deve impregnar quem é vigiado de tal modo que este adquira de si mesmo a visão de quem o olha. Finalmente, a disciplina implica um registro contínuo de conhecimento. Ao mesmo tempo que exerce um poder, produz um saber. *O olhar que observa para controlar não é o mesmo que extrai, anota e transfere as informações para os pontos mais altos da hierarquia do poder?* (grifo meu, FOUCAULT, 2013, p. 23).

E se historicamente a mulher foi associada à loucura, à bruxaria, aos pactos com o “sombrio” da vida, pergunto remetendo-me à história da Rosangela, onde está evidentemente a

loucura? Parece claro, pela forma e intensidade apresentada, que ela própria aglutina toda a sintomatologia de que algo não está bem. Como as históricas da época de Freud, que recusavam a feminilidade enquanto destino a elas impostas, mulheres como a Rosângela e Cinara parecem se rebelar contra esse sistema que as olha e as enquadra enquanto aspectos negativos de si, inventando modos de existir que resistem aos burburinhos que insistem em encaixá-las em formas aceitas de ser mulher.

Mas afinal, o que é este cotidiano que tanto buscamos perscrutar? Blanchot (2007) diz que o cotidiano é o que há de mais difícil a descobrir, sendo aquilo que somos costumeiramente, no privado da existência. Nesse sentido, considera o cotidiano sem verdade própria: “o movimento consistirá então em buscar fazê-lo participar nas diversas figuras do Verdadeiro, nas grandes transformações históricas” (BLANCHOT, 2007, p. 235).

Assim, Blanchot (2007) ao tomar as reflexões de Hegel sobre os suspeitos durante a Revolução Francesa, mostra que a afirmação do universal em sua “brutal exigência abstrata” (p.235), deixa todo pensamento separado, toda vontade particular sob o golpe da suspeita. “Agir bem já não é o bastante. Todo indivíduo carrega dentro de si um conjunto de reflexões, de intenções, isto é, de reticências, que o condena a uma existência oblíqua” (p.235). Abre-se o espaço da suspeita e “ser suspeito é mais grave do que ser culpado” (BLANCHOT, 2007, p. 235).

Tal é o movimento do cotidiano, que não se deixa apanhar, sendo aquilo que escapa. De tal presença fugitiva, o cotidiano não se deixa reconhecer, representando a parte reservada, tendendo a incomodar e pôr sob acusação a obra do Estado (Blanchot, 2007). Assim, com Regina, Jandira e Gema, temos não só um fragmento de suas existências, mas o próprio Estado que faz *mea culpa* da precariedade de tais vidas, já que faz revirar a vida residual, “nossas latas de lixo e nossos cemitérios, rebotalhos e detritos” (BLANCHOT, 2007, p. 237).

Entretanto, essa banalidade é o que há de mais importante, evidenciando a vida em sua espontaneidade, tal qual é vivida, uma vez subtraída toda especulação enformada, coerência e regularidade, afirma-se a profundidade do superficial (Blanchot, 2007). Assim,

os dois lados sempre se encontram, o cotidiano com seu aspecto fastidioso, penoso e sórdido (o amorfo, o estagnante), e o cotidiano inesgotável, irrecusável e sempre inacabado e sempre escapando às formas ou às estruturas (em particular as da sociedade política: burocracia, engrenagens governamentais, partidos). (p. 237).

Da confusão de claro-escuro que é o cotidiano “algo se acende, surge como um clarão sobre os caminhos da banalidade... É o acaso, o grande instante, o milagre. E o milagre penetra de modo imprevisível na vida... sem relação com o resto, transformando o conjunto numa conta clara e simples” (BLANCHOT, 2007, 240). É nesse momento que as vidas das mulheres são apreendidas, lançando-se luz sobre a existência ínfima, os detalhes que passariam despercebidos. É no detalhe dos movimentos de Gema, ao começar a questionar as ordens do conselheiro tutelar e fazer valer seus conhecimentos que dizem que não é só na escola que se aprende. É nos detalhes de um amor proibido que Regina faz-se ver e é tomada como incompetente na exigência de dar-se somente aos filhos.

Ao associarmos a infâmia de algumas mulheres aos rumores de tais engrenagens governamentais que fazem proliferar discursos e registros sobre tais existências, acrescentamos os rumores das ruas. A rua, observa Blanchot (2007):

possui esse caráter paradoxal de ter mais importância do que os locais que conecta, mais realidade viva do que as coisas que reflete, tornando aquilo que toma por objeto, público. Dessa forma, “aquilo que se esconde, ela o arranca da obscuridade... ela publica o que se passa alhures, em segredo; ela o deforma, mas insere-o no texto social. E o que é publicado na rua não é no entanto realmente divulgado: diz-se-o mas e esse “diz-se” não é levado por nenhuma fala realmente pronunciada, assim como os rumores se propagam sem que ninguém os transmita [...]” (BLANCHOT, 2007, p. 242).

Essa parece ser uma das faces do que se diz sobre essas mulheres. Da rua, um discurso inflamante e sem nome que vai dando forma e fama ou infâmia às vidas que insistem em inventar-se. Nessa teia, os técnicos que participam “do outro lado” da constituição desses sujeitos ainda que se queiram isentos, também se alimentam de tais rumores.

Em Barthes (2004), temos que o *rumor* é o barulho daquilo que está funcionando bem. O rumor, nesse sentido, “implica uma comunidade de corpos: nos ruídos do prazer que “funciona”, nenhuma voz se eleva, conduz ou se afasta, nenhuma voz se constitui; o rumor é o próprio ruído do gozo plural - mas de nenhum modo maciço” (BARTHES, 2004, p. 94-95). Se partimos desse

entendimento sobre o rumor, aproximamo-nos da ideia de que o que se produz sobre estas mulheres está em sintonia com um gozo social - e plural, ainda que cheio de fissuras.

Funcionar bem aqui não significa estar em prol da saúde, mas talvez se aproxime daquilo que coloca alguma vida no fora, resguardando aos dignos uma vida mais respeitável, sem condenações. Como as mulheres d'*O Quatrilho* que personificam para sua comunidade toda sorte do mal que uma mulher pode comportar. Nesse jogo em que algumas mulheres são boas e merecem respeito, outras sustentam os males do mundo.

Mas se é das fissuras que emerge a vida em seu inesgotável fazer-se que escapa às formas pré-definidas, Barthes (2004) traz o questionamento se a própria língua pode rumorejar. Se falada, ela parece condenada ao balbucio, escrita, permanece no silêncio e na distinção dos signos.

De qualquer modo, fica ainda demasiado sentido para que a linguagem realize um gozo que seria próprio à sua matéria. Mas o que é impossível não é inconcebível: o rumor da língua forma uma utopia. Que utopia? A de uma música do sentido; com isso quero dizer que em seu estado utópico a língua seria ampliada, eu diria mesmo *desnaturada* [...] Rumorejante, confiada ao significante por um movimento inaudito, desconhecido de nossos discursos racionais, nem por isso a língua deixaria um horizonte do sentido: o sentido, indiviso, impenetrável, inominável, seria no entanto posto longe como uma miragem (BARTHES, 2004, p. 95-96).

Trazer a esta discussão os rumores da língua, o balbucio que anuncia a palavra que existe, mas que com pouco vigor não toma o corpo de fazer-se valer, anuncia o próximo capítulo dessa discussão. Dos barulhos rumorejantes que anunciam que engrenagem funciona bem, começamos a ouvir balbucios no escuro. Avancemos.

Sobre a Infâmia dos nossos tempos

Aproximando-se de um pretense final para essa escrita, algo se insinua e anuncia uma outra infâmia que devemos olhar, como o escuro de nosso tempo que Agamben nos apontava. Lembremos que a escrita dessa dissertação passou por momentos políticos decisivos na destituição do processo democrático do Brasil, com a prisão do ex-presidente Lula, o advento de um novo conservadorismo, agora sem meias-palavras, os diversos ataques às mulheres, às populações negras, LGBTs, movimentos sociais como o MST e MTST, religiões de matriz africana etc. Meses antes, em agosto de 2016, a então presidenta Dilma Rousseff sofreu não só um golpe com as roupas apresentáveis de um *impeachment*, como uma série de ataques por ser mulher.

Afinal, o que acontece num município em que o então candidato Jair Bolsonaro garante 87,89%¹³ dos votos no segundo turno das eleições presidenciais de 2018? Não apenas isso, como o ufanismo de bandeiras do Brasil estampadas nas janelas, adesivos colados nos carros, dão o tom das conversas nas ruas e nas casas: *tem que acabar com isso aí!* Frase que se tornou o jargão daqueles que, insatisfeitos, queriam acabar com tudo, especialmente com os efeitos de políticas públicas que se propunham a diminuir as diferenças abissais existentes no Brasil.

Frente a esse cenário, em que inclusive boa parte das mulheres votaram no candidato mais misógino que já tivemos notícia, fica a questão de como chegamos a isso. Depois de alguns meses em que parece que ficamos nauseados e estatelados, sem conseguir fazer análise alguma do que está acontecendo, começam as tentativas de entender nosso cenário atual, não só político, mas ético e de produção de subjetividades. Que sujeitos são esses que apoiam e reproduzem tal discursividade? Que narrativas perpassam o cotidiano dessas pessoas?

Das mulheres infames que fomos lendo ao longo dessa escrita, passamos agora a olhar para a infâmia que se reproduz enquanto *política do ressentimento*, expressão tomada de Maria Rita Kehl, em seu livro *Ressentimento*, que teve sua primeira edição lançada em 2004. Alguns trechos de sua obra são assustadoramente anunciativos do nosso cenário atual, em especial no que concerne às mulheres. Ela pontua que “lembrar como se produziu uma ordem injusta é condição

¹³ FONTE: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2018/votacao-e-resultados/resultados-eleicoes-2018>; acesso em 16 de junho de 2019.

para transformá-la ou reparar socialmente o mal que ela causou” (KEHL, 2014, p.310). E isso tanto no plano individual quanto coletivo.

Para falar disso, penso que a história da Carol, hoje com 14 anos de idade, pode nos levar a algumas reflexões sobre o nosso tempo e sobre o passado que ainda lança sua luz no presente. Também a história de Teresa nos convida a pensar o obscuro do nosso tempo.

Das histórias que não se contam: Carol, já devia saber o que está fazendo

Ela morava com o pai e a madrasta em outra cidade. Era a mais velha das meninas, por isso ficava responsável por cuidar da casa e dos irmãos mais novos. Quando começou a aparecer seus seios, o pai começou a passar-lhe a mão. Como não podia falar para ninguém, veio morar com a mãe, que tinha um novo companheiro e outros filhos, residindo na casa que o patrão havia lhe concedido, desde que não apresentasse problemas.

Com nove ou dez anos, residindo com a mãe, o companheiro dela começou novo assédio, numa trama muito complicada que envolvia ameaças de morte e presentes para que ficasse quieta. Aos treze anos, os estupros eram quase diários, enquanto a mãe trabalhava. Quando Carol tomou coragem de contar à mãe, ela a expulsou de casa, injuriada porque a menina estava tentando roubar seu marido.

Sem ter para onde ir, a menina foi para casa do menino com quem ficava. Quando a situação chegou ao Conselho Tutelar, tive a infelicidade de escutar comentários como: *mas ela não conseguiu desviar dos abusos? Com essa idade ela já sabia o que estava fazendo...*

E então ela foi ficando na casa do namorado, que também era complicada... aos poucos foi tomando status de mulher casada, como se seus treze anos não denunciasses a inabilidade de encarar tamanha dureza e responsabilidade, que não condiziam com sua visão pueril de mundo. No novo lar, foi se tornando dona-de-casa e cuidava das várias crianças que por ali circulavam, uma delas, passou a lhe chamar mãe. Abandonou a escola, se deprimiu, engordou muitos quilos.

Os meses foram passando e isso tudo foi acontecendo sob o olhar conciliatório das várias instituições que deviam protegê-la. O abusador continuou com a mãe como se nada fosse, sem sofrer qualquer constrangimento. Um tempo depois, ele deixou a mãe da menina, mais por tédio do que por qualquer outro motivo. Carol, com o corpo inchado, foi engolindo tudo isso e sendo forte, única alternativa possível.

Das histórias que não se contam: Teresa, a mulher do Dirceu

Teresa era a mulher do Dirceu. Dirceu era o poliqueixoso conhecido em todo serviço público do município. Um chato. Ninguém percebia a Teresa, que vivia um mutismo de monge tibetano. Precisava ser muito cuidadosa para não incomodar o marido que já trazia todas as dores do mundo. Se um dia Teresa se dispusesse a falar, possivelmente ouviríamos aqueles grunhidos das bocas que nunca se abrem, balbucios do indeterminado.

Um dia nos chegaram *rumores* de que Dirceu batia na Teresa. Ele havia operado a próstata e possivelmente ficara impotente, destrinchando nela suas frustrações. A denúncia, por fim, veio dos familiares que, preocupados com ela, sabiam que qualquer abordagem deveria ser longe dos olhos do marido, que cerceava todos os movimentos de Teresa.

Fomos atrás dela, pela primeira vez. Fizemos todo um esquema para tirá-la de perto de Dirceu, para que falasse. Mas não falou. Quando a pusemos numa sala, fechada, protegida, e a enchemos de perguntas, ela que sempre ficava de cabeça baixa, desviando seus olhos do nosso olhar, simplesmente se voltou para a parede e lá ficou, com a cara colada, sem dizer palavra.

Lembro que no mesmo espaço-tempo que essas histórias aconteciam, com um silêncio ensurdecido marcando o tempo de uma narrativa que só pincelava pelas bordas alguns comentários funestos, outras preocupações tomavam o cotidiano da população. A vida de Carol

não se tornou pública, não circulou pelas línguas comunitárias, pelo contrário, em torno dela, um tipo de anistia que sinalizava *vida que segue*.

Da mesma forma, Teresa não se destacou no hall dos assuntos do dia de ninguém, aparentemente nem dela mesma. A nossa angústia de tirá-la das garras de um agressor nojento, esbarrou numa estrutura muito mais forte do que nossa bela intenção de salvá-la. Nos doía o modo como a violência parecia arraigada na própria subjetividade, que a fazia naquele momento incapaz de se insurgir contra a situação porque, aparentemente, essa era sua vida e não podíamos tirá-la dali sem oferecer algo melhor em troca. Enquanto agentes de uma política pública que propõe proteção às populações vulneráveis, nos sentíamos incapazes e *minúsculas*.

Nesse ínterim, enquanto tentávamos dar conta das nossas próprias limitações quanto ao que se pode interferir na vida dos outros, víamos crescer o discurso *contra* pobres, mulheres, estrangeiros, minorias em geral. Era o mesmo tempo dos cortes na política da Assistência Social, tidos como “*privilégios*” de quem não trabalha, das indignações com a corrupção, com as cotas raciais, com o Bolsa Família, com o feminismo, com a maconha, *com tudo isto que esta aí*. Pude ouvir uma vez no restaurante (muito antes de ser moda) que o problema todo eram as universidades federais e os baderneiros esquerdistas que haviam a tomado e nada produziam de útil ali. Sutilmente foi crescendo um discurso que colocava *nós contra eles*, e vice-versa.

Agamben, ao sondar o que é o contemporâneo, nos lembra que é o intempestivo de um tempo, aquilo que ocorre e não podemos deter. A partir de Nietzsche, sabemos que pertence ao seu tempo “aquele que não coincide perfeitamente com este, nem está adequado às suas pretensões e é, portanto, nesse sentido, inatual; mas, exatamente por isso, exatamente através desse deslocamento e desse anacronismo, ele é capaz, mais do que os outros, de perceber e apreender o seu tempo”. (AGAMBEN, 2009, p. 58-59).

Mais adiante, Agamben (2009) afirma que o contemporâneo mantém o olhar fixo no seu tempo, não para ver suas luzes, mas sim seu escuro. Todos os tempos comportam sua obscuridade. Partindo disso, talvez nossa intenção com a infâmia seja lançar um olhar ao escuro do nosso tempo, que é o inatual e o intempestivo, como aquilo que urge. Sem a pretensão de dar conta da tarefa que Agamben colocou aos contemporâneos de um tempo, cabe a nós refletir sobre as marcas que o passado insiste em tornar presente, a esses anacronismos que persistem. Fazemos tal qual o catador de Benjamin a catar os dejetos de nosso tempo (MATE, 2011).

Ao abordar a questão do ressentimento como constelação de afetos que permeia não só a constituição dos sujeitos nas democracias modernas, como também no plano social e suas repercussões no campo da política, Kehl (2014) nos dá subsídios para uma análise da produção de subjetividades do nosso tempo, na esteira de pensadores como Nietzsche e Benjamin.

Ela nos lembra que cada sociedade produz seus sintomas, que representam tentativas frustradas de cura do mal-estar. “São *tentativas*, porque os sintomas expressam e denunciam o que não vai bem; porém *frustradas*, já que são também meio de gozo – razão pela qual tendem à repetição, e não ao desenlace das determinações psíquicas (e/ou sociais) do mal-estar” (KEHL, 2014, p. 282). Lembremos aqui também do rumor de que falava Barthes, apontando para aquilo que funciona bem, mas denuncia um gozo social que se dá pela fissura de um sistema.

Nesse sentido, podemos tomar o silêncio em torno das histórias da Carol, vítima de abuso sexual reiteradas vezes e de Teresa, vítima de violência doméstica, como sintomas de nosso tempo; e de alguma forma enviesada - como em uma fita de moebius, a atual tendência conservadora que sinaliza – entre outras tantas coisas, uma reação à emancipação de seguimentos até então subalternos na sociedade brasileira, especialmente o das mulheres.

Em estudo etnográfico realizado pelas antropólogas Rosana Pinheiro-Machado e Lucia Mury Scalco intitulado "Da esperança ao ódio: Juventude, política e pobreza do lulismo ao bolsonarismo", que se debruçou sobre o consumo e a politização de jovens de uma comunidade carente que tinha histórico de voto petista e acabou votando em massa em Jair Bolsonaro na última eleição, um dado interessante se destaca. Para Rosana¹⁴, o bolsonarismo é também uma reação à nova onda do feminismo no Brasil. Segundo ela, "é impossível separar a 'crise do macho' da crise econômica [...] A crise econômica coloca em xeque o papel de provedor dos homens, que também é ameaçado pela ascensão das mulheres.". Em outro trecho da entrevista, Pinheiro-Machado avalia que:

O bolsonarismo é a vitória da extrema-direita, a radicalização de uma política de "nós contra eles", cujo inimigo é interno - e não externo. Ele é uma subjetividade que só emerge dentro de circunstâncias históricas específicas, como a nossa frágil memória da ditadura. Tal qual na ditadura, o anticomunismo é relacionado com o reacionarismo moral voltado às questões de gênero e sexualidade. [...] Se o conservadorismo

¹⁴ Em <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/03/01/e-impossivel-separar-bolsonarismo-do-antifeminismo-diz-antropologa.htm>, acesso em: 16 de junho de 2019.

sempre existiu - e agora se reapresenta com uma nova roupa e eleito por uma ampla parcela da população - a novidade, portanto, é a onda de mulheres, LGBTs, negros e negras que se levanta e influencia as gerações mais jovens.

Ainda que o foco aqui não seja fazer uma análise daquilo que as pesquisadoras acima chamam “bolsonarismo”, alguns pontos podem ser pincelados entre a onda conservadora, que veio crescendo à medida que a crise econômica e política destacou ainda mais as diferenças de classe no país, e o ressentimento social que se alastrou, materializado muitas vezes sob a expectativa de que um “mito” ou “herói” nos salvasse do caos.

Kehl (2014) nos lembra que

O ressentimento social manifesta a insatisfação dos grupos ou classes para quem as promessas de igualdade de direitos entre todos os sujeitos [...] não se cumpriram como esperado; só que a atitude ressentida, de passividade queixosa, torna os sujeitos impotentes como agentes da transformação política que lhes interessa (p. 283).

Tais grupos não pretendem confrontar-se com as causas da desigualdade, mas sim inverter a sua própria posição desvantajosa. Movido pelo afeto reativo, o ressentido deseja a ordem – por isso sua aproximação com o conservadorismo – desde que possa se beneficiar dela, nem que seja na posição de vítima (Kehl, 2014). Vê-se aqui a identificação dos oprimidos com os opressores, já que partilham de ideias comuns. “São os ideais presentes em uma cultura que possibilitam a costura entre as classes” (p. 289).

Nesses casos, é possível que a insatisfação se volte contra os indivíduos da mesma classe, mas que apresentem pequenas diferenças, caso em que Freud batizou de “narcisismo das pequenas diferenças”, como no caso do antissemitismo. Norbert Elias em relato autobiográfico, escreveu sobre a “amargura quase fanática”, que tomou conta das classes médias alemãs na crise da década de 1930. Elias observa que,

para os que se sentem injustiçados, é possível tolerar a convivência com um grupo marginalizado que se mostra impotente e se contenta em ocupar fileiras inferiores da sociedade, não representando ameaça de rivalidade. Mas para estes mesmos grupos que lutam para não cair ainda mais na hierarquia social, é intolerável ter de entrar em concorrência com os membros de outro grupo marginal desprezado que, vivendo em condições semelhantes, também buscam alcançar alguma ascensão. [...] As classes decadentes que se sentem humilhadas com a perda de sua posição se

ressentem, acima de tudo, contra aqueles que, situados em um lugar inferior a eles na hierarquia social, não se deixam humilhar (KEHL, 2014, p. 303-304).

É nesse contexto que patologias sociais como racismo, o fascismo, o chauvinismo nacionalista – incluo aqui a misoginia, surgem como “formas de compensação narcísica do sentimento de insignificância dos homens anônimos e infames” (KEHL, 2014, p. 302-303). O risco é o ressentimento surgir como base afetiva para a criação de um forte sentimento identitário que vincula sujeitos a sistemas totalitários.

Kehl (2014) coloca ainda que uma das origens do ressentimento social é a insatisfação de grupos que não se reconhecem em suas reais condições de classe, identificados a ideais e padrões que lhes são veiculados como acessíveis. Entretanto, as causas dessa insatisfação lhes são inacessíveis. “Não lhes parece viável revertê-las a partir do exercício republicano, coletivo da cidadania. As políticas do ressentimento são soluções de compromisso entre a insatisfação coletiva de grupos que se consideram prejudicados e as pretensões individuais de seus membros” (p. 305-306).

Nesse sentido, lembrar como uma ordem injusta se fez é condição para transformá-la ou repará-la socialmente. A partir da psicanálise sabemos que o esquecimento não se dá a partir da superação de um problema, mas do recalque, e deste temos a repetição:

O recalco é o passado que nunca se apaga e retorna nas formações de linguagem, nos lapsos, nas fantasmagorias, no sintoma. Como o inconsciente é atemporal, o recalco permanece vivo, preservado na forma de representações psíquicas relacionadas indiretamente ao vivido por meio de cadeias associativas. Isso vale tanto para os indivíduos, tomados um a um, quanto para o que se mantém calado, inconsciente, na vida das sociedades e das nações. (KEHL, 2014, p. 309).

É vasta a literatura sobre os efeitos de não elaborarmos os traumas individuais e coletivos da escravidão no Brasil, da ditadura militar (tão recente, e tão esquecida...). Somos um povo que cultiva a alegria e o esquecimento rápido. O que não quer dizer que o ressentimento não apareça nas manifestações queixosas quanto a *tudo isso que está aí*.

Enquanto políticas de reparação (e não do ressentimento), são os relatos sobre o vivido que “impedem que a chaga, fechada no silêncio e no esquecimento, infeccione, contaminando o futuro para sempre” (KEHL, 2014, p. 312). Entretanto, esse trabalho deve ser também coletivo,

inscrevendo-o no campo simbólico. É insuportável que uma violência traumática permaneça não nomeada, insignificante para o mundo, tanto para as vítimas quanto para seus herdeiros. Nesses casos, o esquecimento é como uma segunda violência, mais duradoura do que a primeira (KEHL, 2014).

Gagnebin (2009) sugere, porém, que um terceiro – aquele que não faz parte do círculo infernal do torturador e do torturado, do assassino e do assassinado, aquele que “inscrevendo um possível alhures fora do par mortífero algoz-vítima, dá novamente um sentido humano ao mundo” (Piralian apud GAGNEBIN, 2009, p. 57). É este terceiro – aquele que escuta e não vira as costas, indiferente, que poderia retomar essas histórias e transmiti-las em palavras diferentes. Assim:

Testemunha também seria aquele que não vai embora, que consegue ouvir a narração insuportável do outro e que aceita que suas palavras levem adiante, como num revezamento, a história do outro: não por culpabilidade ou compaixão, mas porque somente a transmissão simbólica, assumida apesar e por causa do sofrimento indizível, somente esta retomada reflexiva, do passado pode nos ajudar a não repeti-lo infinitamente, mas a ousar esboçar um outra história, a inventar o presente. (GAGNEBIN, 2009, p. 57).

Colocamo-nos enquanto testemunhas de um tempo que grita desaforos e destila ressentimentos, mas tem dificuldade de escutar as vítimas de uma engrenagem que funciona bem. Trazer essas histórias aqui, é escrever a história do presente a contrapelo, como propôs Benjamin. Entendendo que a história é mais do que o ocorrido, assumimos o paradoxo de que “quem faz a história não é aquele que a conta, mas quem a conta é quem decide o que aconteceu realmente, isto é, quem a conta é que acaba fazendo história”. (MATE, 2011, p. 179). Nesse sentido, nos posicionamos enquanto relatores de um passado que por meio da marca da infâmia insiste em se fazer presente, caminhamos assim na direção da potência que carrega: “esse passado cobra vida e realiza as virtualidades que tem à disposição” (p. 179).

Das histórias que não se contam: Raquel, de escutadora de histórias a pesquisadora (do) infame

Trabalho difícil para quem escuta, observa, pensa, escreve o outro. Pensar a si e escrever assumindo sua infâmia, é tarefa para mulheres: nós que fomos silenciadas, queimadas, estupradas, estilizadas para sermos belas e mães e isso e aquilo, talvez tenhamos lugar privilegiado para escrever o que vemos a nossa volta, como Haraway pensou na década de 1980.

Parece que a palavra e o texto estiveram ao meu lado como questão desde sempre. Seja pela ausência dos dizeres soltos e pelo silêncio de um ambiente familiar monossilábico em que as sensações e afetos levavam muito tempo para serem nomeados, seja pelas leituras de nomes de peso que davam uma sensação de que o mundo da escrita só é acessível a grandes autores que têm grandes ideias e sacadas para contar. Atribui-se a Tolstói aquela frase que diz algo como “se queres ser universal, começa por pintar tua aldeia”.

Minha aldeia, porém, sempre foi habitada por gente simples, pobres, trabalhadoras, donas-de-casa, mães dos seus filhos e dos outros, umas pessoas falhas, que não apareciam nas novelas, nem nos filmes hollywoodianos. Algumas das cenas que povoam minha história são de mulheres carregando sacolas e crianças no colo, esperando ônibus que nunca chegam, subindo e descendo os morros de paralelepípedo irregular, mulheres fazendo faxina nas casas alheias enquanto o marido alcoólatra pragueja no sofá da sala ou das solteironas convictas depois de passarem maus bocados nas mãos de homens ruins. Também da minha mãe costurando por mais de doze horas por dia, sete dias por semana, a centavos o par de luvas. Não esqueçamos que a pobreza é infame. As vizinhas, tias, colegas, estranhas de quem ouvíamos falar, vinham com pacotes de histórias cotidianas, labirintos por vezes monótonos, outras vezes surpreendentes. Eu mesma fui uma menina anêmica, muda como a Teresa, aos poucos fui me tornando impetuosa como a Regina, intensa como a Rosângela.

Numa dessas, no meu próprio labirinto de desejos e escolhas, foi-me acontecer de viver um período histórico de contingências favoráveis a ingressar no mundo das ideias e das palavras. Tive a sorte de pegar o trem da História no instante em que ele passou. Fiz faculdade de Psicologia com bolsa do Prouni, longe de casa e perto do território que fui escrevendo ao longo da dissertação.

Um tempo depois, passei a trabalhar como psicóloga na assistência social e ouvir os relatos que me eram endereçados, mas também fui catando as histórias que os ventos traziam. Com o olhar de estrangeira que vive a muito tempo naquele lugar, as histórias me pareciam universais e ainda assim tão locais, com um sotaque tão marcado que parecia outro mundo. Algo ali se entrelaçava, entre as experiências que ouvia e as que vi no entorno em que cresci. Fui montando meu próprio herbário das infâmias – das existências mínimas que fazem de seu modo de viver belos espécimes da flora humana. Pareceu-me improrrogável narrar essas vidas.

Daí a montar uma pesquisa de mestrado foi um passo. Mas nunca um passo firme, decidido. Me faltava aquele ar determinado e arrojado de quem se joga no abismo, aquele ar convicto de quem matou o marido e conta alegremente às outras mulheres, daquela que mentia e sambava na cara do poder, para fazer exatamente aquilo que queria, ou ainda daquela que abandona suas ideias mais ferrenhas para viver um tórrido amor. Parece que a academia determina um modo ascético de dizer o mundo. Entretanto, as pessoas que encontrava pelo caminho eram ásperas, cheias de arestas e verdades pouco enunciáveis.

Posso dizer que essas histórias foram – cada uma à sua maneira, inspirações para escrever também ao meu modo - cambaleante, tateante, que só poderia ser dita numa língua falha e gaguejante, já que também elas não comportavam certezas de antemão, muito menos aquela estética ascética que acompanha os textos acadêmicos. Por vezes, a dúvida me consumiu. Será que não estou sendo antiética ao *usar* a história de vida das pessoas, ainda que eu as vista com as roupas coloridas das ficções?

Confortou-me a ideia de que só estaria à altura de escrever essas histórias, se eu mesma pudesse colocar a dançar no salão os elementos da minha própria infâmia: lançá-la aos ventos, correr os riscos de ser pisoteada, mal-dita, mal-falada pelas línguas da cidade. É um ato de coragem, pensei. Mas também político, ético. Trazer essas vidas, como a minha, de onde vim, é povoar o espaço acadêmico de produção de saberes, com outras vozes, com outros viveres. E lembrar que da experiência vivida, é impossível recuar.

*Viver, escrever e inventar*¹⁵... um fim: o improrrogável

Olhando para trás, vemos que esta dissertação percorreu um caminho interessante. Inicialmente, se debatendo com as tantas possibilidades de escrita e análise, se lançou no desafio de uma escrita leve, com os contornos que a vida pede. Mas que vidas são essas? Numa mistura do que é meu, das mulheres que ouvi e daquelas que vieram antes, sabíamos que a infâmia preenchia boa parte de nós.

Depois, uma boa dose de História foi necessária, para situar-nos do quanto as mulheres já percorreram para que chegássemos até aqui. Fica claro que não desejamos tomar a história como um processo de evolução contínua e que caminhará sempre para o progresso, pelo contrário, na luta das mulheres, nem sempre saímos vitoriosas. Benjamin (2012) já apontava o quanto esse ideal de progresso foi custoso. De uma “história geral” das mulheres, fomos paulatinamente olhando para a constituição do povo brasileiro e das mulheres do sul do Brasil. Mais uma vez, fica clara a relação de um passado que insiste em deixar suas marcas no presente, especialmente naquelas feridas que não foram tratadas. As infâmias de ontem e hoje soam como inflamações deixadas de lado, mas que, por vezes, como quando vai chover, começam a deixar um cheiro fétido, causando asco em quem se aproxima e anunciando o subterrâneo invisível.

Aportando no cais das poucas certezas sobre quem somos, chegamos no momento de pensar o que queremos em termos éticos, estéticos e políticos ao escrever as histórias dessas mulheres. Retomamos então algumas noções deixadas por Walter Benjamin sobre os cacos da história, colocamo-nos como trapeiros, juntando os dejetos de nosso tempo. Faz-se uma junção com a ideia de biografema de Roland Barthes, que visa justamente contar a história por meio dos detalhes ínfimos de uma vida, daquilo que passaria despercebido dos grandes relatos épicos da História.

Em seguida, nos debruçamos sobre o território em que essas histórias se passam. É nesse cenário, escrito a partir da estratégia biografemática de dar vida aos pontos comezinhos do cotidiano, que vemos aos poucos se deslindar as personagens de nossas histórias. É como se o puzzle do cotidiano estivesse montado para receber as mulheres infames desta pesquisa. Portas e janelas ficam escancaradas para receber ao sabor dos ventos e de algumas páginas de livros, comentários úmidos sobre o que se passa entre o que vivem as mulheres e o que se diz sobre elas.

¹⁵ Em referência ao já citado artigo de Baptista e Silva (2017).

Por fim, olhando para o escuro do nosso tempo, como Agamben sugeriu, vemos outras infâmias, das histórias silenciadas e jogadas para debaixo do tapete. Mescla-se ali, relatos das nossas vergonhas íntimas e públicas que, por não terem lugar nos discursos correntes, tendem a se repetir. O ressentimento volta como sintoma social, daquilo que no lugar de uma elaboração coletiva foi recalçado. São as histórias daqueles que, raivosos, clamam por menos direitos àqueles que tomam como privilegiados nas narrativas de nosso tempo. Nessa fita de moebius dos tempos atuais, dos narcisismos das pequenas diferenças, escutamos o infame silêncio que circunda as histórias que não se quer ouvir.

Nesse momento da escrita, desejosos de uma conclusão que nos apartasse de dúvidas e conflitos quanto a escolhas feitas ao longo do texto, tomamos partido na *Comunidade do Improrrogável*, este que

diz-nos respeito e fala-nos de um tempo de urgência, de tensões das quais gostaríamos de nos livrar e para as quais desejaríamos resoluções. Coloca-nos em um estado de luta contra algo, e, provavelmente, contra nós próprios, invadindo-nos com sua estridente sirene, como um grito de perigo lançado no meio da noite, alagando de medo, dor e sofrimento os espaços de nossa existência. (FONSECA, 2017, p. 12).

É assim que nos vemos diante de um texto a ser escrito, nesse íntimo momento em que sozinhos nos lançamos a pautar aquilo que pensamos ser improrrogável. Ao mesmo tempo, habitam questões como as que Costa e Amaral (2017) fazem no editorial do Dossiê O Improrrogável: exercícios de tateio:

O que estamos escrevendo com tudo isso que escrevemos? O que se espreita – ou engatinha ou rasteja ou agoniza – em mais um texto que hoje nos colocamos a escrever? Qual pacto ou contrato que este texto (e não outro) estabelece com o mundo de ontem e com o de hoje e com o de depois de amanhã? (p. 1).

As respostas a estas questões não estão prontas, tampouco respondidas ao longo da dissertação, talvez só apareçam no porvir do texto. Mas de alguma forma, compomos e lançamos ao mundo fragmentos de vidas que aí estão. De alguma maneira, foram lançadas questões (mais do que respostas) às políticas públicas e ao modo como pensamos tais sujeitos e *nós mesmos* enquanto produtores/reprodutores de práticas no mundo.

Para além de uma posição ressentida quanto aos acontecimentos inelutáveis do mundo, tomamos o improrrogável, tal qual Fonseca (2017), em seu plano de urgência, mas que dada sua

complexidade, não encontra solução única e final. Essa busca de um por vir, de um direito ao devir, como Riobaldo que ao adentrar nas veredas do sertão, nos incita: *Viajar! – Mas de outras maneiras: transportar o sim desses horizontes!*¹⁶, apostamos em outras escritas enquanto tarefa improrrogável.

¹⁶ ROSA, 2015, p. 321.

POSFÁCIO – O silêncio como sintoma do nosso tempo

(em resposta às questões trazidas pela banca final)

Descubro agora que escrever um posfácio é tarefa das mais difíceis. Na cabeça, “al final de este viaje”, de Silvio Rodrigues, dá um tom nostálgico e otimista ao final de uma trajetória de escrita, reflexões e, claro, muitos pontos-cegos. Alguns destes pontos, entretanto, se apresentam no encontro com outros olhares, permitindo-nos ampliar e fortalecer nossa vista cansada. A seguir, apresento algumas questões trazidas pela banca final da dissertação, que contou com o cuidadoso olhar de Carmen Oliveira, Patrícia Balestrin e Cláudia Caimi.

Um dos pontos nevrálgicos foi a dupla invisibilidade que as mulheres sofrem na historiografia tradicional. Ainda que nos apoiemos na perspectiva histórica de Benjamin, que dá ensejo à experiência dos derrotados e invisibilizados, corremos o risco de endossar a História hegemônica, reproduzindo a narrativa do homem branco colonizador. Foi assim que, conforme muito bem apontado por Carmen, “a análise começa a partir da colonização, desconsiderando o Brasil ameríndio e com mínimas referências à cultura africana nos processos de subjetivação da mulher brasileira”.

De fato, temos aí o reconhecimento da falência de um projeto que visa dar conta de uma *história geral* de um povo. Os múltiplos vacúolos de silêncio sugerem que muitas partes ficam de fora. E aqui, fizemos eco com os marcadores, do que se diz desse território: a branquitude europeia em primeiro plano. Nos recortes sobre a história das mulheres no RS, também foram apresentados a partir da elite branca, em que se destacam as heroínas descendentes de imigrantes e a vida das mulheres herdeiras das estâncias.

Certamente nosso desejo não passava por endossar o imaginário que elege a mulher branca, passiva e europeia como modelo de feminilidade, mas colocar o quanto essa marca (ou seria estigma?) é forte na região retratada ao longo desta dissertação. Quando trazemos o imigrante europeu em terras gaúchas enquanto “Católico, trabalhador, obediente, entre outras, eram virtudes inatas dos italianos e ítalo gaúchos” (p. 28), a intenção é justamente problematizar a romantização em torno da figura do colonizador, marca que persiste nas mulheres que se orgulham de suas qualidades domésticas e maternas. Ademais, não queremos naturalizar a visão

eurocêntrica sobre o Outro, presente na ideia de “brasileiros”, como são chamados aqueles que não são descendentes de europeus ou nos relatos que justificam a baixa empregabilidade de pessoas negras por este grupo social. A intenção ao incluir estes relatos foi, justamente, trazer à luz as sombras de alguns esconderijos sociais, aquilo que muitas vezes fica escondido e comentado somente entre “iguais”, como “coisa nossa”.

Por fim, uma reflexão a respeito daquilo que deu nome a este posfácio: o silêncio como sintoma do nosso tempo. Ainda que estejamos muitas vezes mergulhados num alarido de vozes e imagens que dão a impressão de um excesso de vida, se olharmos bem no fundo de nossa experiência enquanto seres sociais, na verdade, o que “resta” são escassos fragmentos de algo que pulsa e é compartilhável. Nesse caso, os vazios, os silêncios, a recusa em falar aquilo que se força a dizer, sinalizam também algo do nosso tempo, de quem somos.

Teresa, quando instigada a falar, cala-se. Esse gesto que, lá com seus botões, ocupa a mulher em seu ato de recusa, trás em si algo da ordem da resistência. O silêncio de Teresa, mas também de todos nós no atual contexto brasileiro, não seria um ato de fala sobre o indizível e inominável, que demonstraria, de forma clara, a ruptura da relação dialógica com o outro e da impossibilidade deste outro nos responder?

REFERÊNCIAS

- ABREU, Luis Felipe Silveira de. **Escrever a vida:** potências de biografemas no perfil jornalístico. 2015. 81 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2015.
- AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Tradução Vinícius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2009.
- ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10 ed., 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017. p. 45-77.
- BARROS, Regina Duarte Benevides de. **Grupo:** a afirmação de um simulacro. 3ª edição. Porto Alegre: Sulina/Editora da UFRGS, 2013.
- BARTHES, Roland. **Como viver junto:** simulações romanescas de alguns espaços cotidianos. Cursos e seminários no College de France, 1986-1976. Texto estabelecido, anotado e apresentado por Claude Coste. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- BARTHES, Roland. **O rumor da língua**. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- BAPTISTA, Luis Antônio; SILVA, Rodrigo Lages e. A cidade dos anjos do improrrogável. **Revista Polis e Psique**, 2017; 7(1): 49 – 73.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo:** fatos e mitos (2ª ed.; S. Millie, Trad.) Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BENJAMIN, Walter. A imagem de Proust. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª Ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 37-50.
- BENJAMIN, Walter. O surrealismo. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª Ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012. p. 21-36.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. 8ª Ed. revista. São Paulo: Brasiliense, 2012.p. 241-252.
- BLANCHOT, Maurice. **A conversa infinita:** a experiência limite. São Paulo: Escuta, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina** (2ª ed., M. H. Kühner, Trad.). Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BRASIL. **Política Nacional de Assistência Social**. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Brasília, DF, 2004.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10ª ed. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. 1ª ed. Tradução Rogério Bettoni. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

CAIMI, Flavia Eloisa. Mulheres do século XIX no Rio Grande do Sul: uma abordagem metodológica para a história escolar. **MÉTIS: história & cultura** – v. 15, n. 29, p. 98-116, jan./jun., 2016.

CALLIGARIS, Contardo. A psicanálise e o sujeito colonial. In: SOUSA, Edson Luiz André de (org.). **Psicanálise e colonização: Leituras do sintoma social do Brasil**. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 1999. p. 11-23.

CARLOTO, Cassia Maria; MARIANO, Silvana. A família e o foco nas mulheres na Política de Assistência Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 14(2): 153-168, jul.-dez./2008

COLLING, Ana Maria. A construção histórica do feminino e do masculino. In: STREY, Marlene; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (Orgs.). **Gênero e Cultura: questões contemporâneas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. p. 13-38.

CORAZZA, Sandra Mara. Introdução ao método biografemático. In: COSTA, Luciano Bedin da; FONSECA, Tania Mara Galli (Org.). **Vidas do fora: habitantes do silêncio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 85-107.

COSTA, Luciano Bedin da. **Estratégias Biográficas: o biografema com Barthes, Deleuze, Nietzsche e Henry Miller**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

COSTA, Luciano Bedin da. O destino não pode esperar ou o que dizer de uma vida. In: COSTA, Luciano Bedin da; FONSECA, Tania Mara Galli (Org.). **Vidas do fora: habitantes do silêncio**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010. p. 47-69.

COSTA, Luciano Bedin da; AMARAL, Alberto. Editorial O Improrrogável: exercícios de tateio. **Revista Polis e Psique**, 2017; 7(1): 1-5.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Kafka: por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro, São Paulo: Escuta, 1998.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. (Tradução Coletivo Sycorax). São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. (Tradução Coletivo Sycorax). São Paulo: Elefante, 2019.

FEIL, Gabriel Sausen. O simulacro e o biografema – de A a Z. In: CORAZZA, Sandra Mara. (Org.) **Fantasia de escritura** – filosofia, educação, literatura. Porto Alegre: Sulina, 2010. p. 79-91.

FONSECA, Cláudia. **Família, fofoca e honra**. 2ª ed. Versão digitalizada. Editora da UFRGS: Porto Alegre, 2004. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/1058034/mod_folder/content/0/FONSECA%2C%20Claudia.%20Familia%2C%20Fofoca%20e%20Honra%20%5Blivro%20completo%5D.pdf?forcedownload=1. Acesso em maio de 2019.

FONSECA, Tania Mara Galli. O destino não pode esperar: apontamentos sobre a inelutável improrrogabilidade. **Revista Polis e Psique**, 2017; 7(1): 6 – 24

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: _____. **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p.203-222, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 26ª ed. Organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2013.

FRITZEN, Juliana Pires. A Feminização da Assistência Social: discutindo gênero e sua interface com a proteção social. **Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Política Social**. UFSC - Florianópolis/SC - 27 a 29 de outubro de 2015.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **Lembrar escrever esquecer**. (2ª Edição). São Paulo: Editora 34, 2009.

GAGNEBIN, Jeanne Marie. **História e narração em Walter Benjamin**. 5ª reimpressãoda 2ª edição. São Paulo: Perspectiva, 2013.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, (5),07-41, 1995.

HEREDIA, Vania Beatriz Merlotti. O mito do imigrante no imaginário da cultura. **MÉTIS: história & cultura** – v. 4, n. 8, p. 233-244, jul./dez, 2005.

KEHL, Maria Rita. **Deslocamentos do Feminino**. Rio de Janeiro: Imago, 1998.

KEHL, Maria Rita. **Ressentimento**. (1ª reimpressão da 4ª edição). São Paulo: Casa do Psicólogo, 2014.

MATE, Reyes. **Meia-noite na história**: comentários às teses de Walter Benjamin “Sobre o conceito de história”. Tradução Nélio Schneider. São Leopoldo: EditoraUNISINOS, 2011.

MATTEDI, Ana Paula; BARROS, Maria Elisabeth Barros de; CARVALHO, Silvia. Prostituição: criação de outras cenas. In: FONSECA, Tania Mara Galli; CARDOSO FILHO, Carlos Antônio; RESENDE, Mario Ferreira (Orgs.). **Testemunhos da infâmia**: rumores do arquivo – Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 239-250.

NUNES, Silvia Alexim. Afinal, o que querem as mulheres? Maternidade e mal-estar. **Psicologia Clínica**, 23(2), 101-115, 2011.

PEDRO, Joana Maria. Mulheres do Sul. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10 ed, 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.p. 278-321.

POZENATO, José Clemente. **O Quatrilho**. 14ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar**: a utopia da cidade disciplinar; Brasil 1890-1930. 4ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

ROLNIK, Suely. **Geopolítica da Cafetinagem**. São Paulo, maio de 2006. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Geopolitica.pdf>. Acesso em maio de 2018.

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental**: transformações contemporâneas do desejo. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: Veredas. 21ª Ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

SOIHET, Rachel. Mulheres pobres e violência no Brasil urbano. In: DEL PRIORE, Mary. (Org.) **História das mulheres no Brasil**. 10 ed, 4ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2017.p. 362-400.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y; KAWAHALA, Edelu. Uma Leitura da Infâmia em Walter Benjamin e Michel Foucault. In: III Seminário Internacional Políticas de la Memória: recordando a Walter Benjamin. Justiça, história y verdad. Escrituras de la memória, 2010, Buenos Aires. **Anais do III Seminário Internacional Políticas de la Memória**: recordando a Walter Benjamin. Justiça, história y verdad. Escrituras de la memória. Buenos Aires: Centro Cultural de la Memória, 2010. p. 01-09.

STREY, Marlene. Ser sujeito ou ser o outro? Algumas reflexões históricas. In: STREY, Marlene; CABEDA, Sonia T. Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (Orgs.). **Gênero e Cultura**: questões contemporâneas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

VANNINI, Ismael Antônio. Crescei e multiplicai-vos: o papel da mulher no processo imigratório (serra gaúcha 1890 – 1950). **Fazendo Gênero 9**: Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. 23 a 26 de agosto de 2010.